ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

MOTIVOS DA REAPRESENTAÇÃO

Motivo	Versão
Alteração na Razão Social do Auditor.	2

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	4º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9800
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:					
Ernst & Young Auditores Independentes S.S.					
CPF / CNPJ:	61.366.936/0001-25	Código CVM:	00471-5	Tipo:	Juridica
Responsável Técnico					
Início contratação serviço:	31/03/2007	Fim contratação serviço:	09/02/2011		
Nome:	Paulo José Machado	CPF/CNPJ:	014.319.648-08		
Início:	31/03/2007	Fim:	09/02/2011		

Nome / Razão Social Auditor:					
Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S					
CPF / CNPJ:	61.366.936/0001-25	Código CVM:	00471-5	Tipo:	Juridica
Responsável Técnico					
Início contratação serviço:	10/02/2011	Fim contratação serviço:			
Nome:	Paulo José Machado	CPF/CNPJ:	014.319.648-08		
Início:	10/02/2011	Fim:			

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	BANCO DO BRASIL S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
Erik da Costa Breyer	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	Erik da Costa Breyer	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	4º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	2º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	31/03/2011
Início Pagamento:	01/04/2011	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.02324

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	1.103.212	1.061.117
1.01	Ativo Circulante	3.052.006	3.066.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.785.379	2.799.730
1.01.02	Aplicações Financeiras	158.057	154.050
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	158.057	154.050
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	158.057	154.050
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	317	
1.01.03.01	Clientes	317	
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques		
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	107.920	111.921
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	107.920	111.921
1.01.07	Despesas Antecipadas		
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	333	328
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros		
1.02	Ativo Não Circulante	7.980.123	7.545.145
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	416.830	380.095
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		

1.02.01.03	Contas a Receber		
1.02.01.03.01	Clientes		
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	27.636	27.144
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	27.636	27.144
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	284.736	249.864
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	97.086	89.307
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	187.650	160.557
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	104.458	103.087
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.02	Investimentos	7.477.164	7.079.849
1.02.02.01	Participações Societárias	7.477.164	7.079.849
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas		
1.02.02.01.02	Participações em Controladas		
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	7.477.164	7.079.849
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	27.271	27.283
1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	58.858	57.918
1.02.04.01	Intangíveis		
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		

1.02.05	Diferido		

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2011	31/12/2010
2	Passivo Total	1.103.212	1.061.117
2.01	Passivo Circulante	226.038	199.166
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	67	56
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	67	56
2.01.02	Fornecedores	344	1.455
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	344	1.455
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	102.993	97.505
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	102.993	97.505
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	102.993	97.505
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	35	86
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	35	86
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35	86
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures		
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	122.599	100.064
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9	9
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9	9
2.01.05.02	Outros	122.590	100.055
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	122.590	100.055
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		

2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.06	Provisões		
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	166.497	4.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.569	3.494
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.569	3.494
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.569	3.494
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures		
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	162.434	171
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	162.267	
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	162.267	
2.02.02.02	Outros	167	171
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	167	171

2.02.03	Tributos Diferidos		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
2.02.04	Provisões	494	494
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões	494	494
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido	1.063.959	1.040.784
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.288	2.288
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	5.645.390	5.645.390

2.03.04.01	Reserva Legal	5.230.982	5.230.982
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros		
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	414.408	414.408
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	224.279	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	28.612	21.146

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010	01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços		960		106
3.01.01	Receita bruta		960		159
3.01.06	(-) deduções da Receita bruta				-53
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos				
3.03	Resultado Bruto		960		106
3.04	Despesas/Receitas Operacionais		287.057		409.207
3.04.01	Despesas com Vendas				
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas		-4.164		-5.259
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		-25.808		-25.482
3.04.03.01	Amortização do ágio		-25.808		-25.482
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial		317.029		439.948
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		288.017		409.313
3.06	Resultado Financeiro		72.881		37.994
3.06.01	Receitas Financeiras		80.864		42.785
3.06.02	Despesas Financeiras		-7.983		-4.791
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		360.898		447.307
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		-619		-4.379
3.08.01	Corrente		-1.096		-5.588
3.08.02	Diferido		477		1.209
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas		360.279		442.928
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo do Período		360.279		442.928
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010	01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período				
4.02	Outros Resultados Abrangentes				
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período				
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora				
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	293.745	122.472
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	131.701	122.961
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	360.898	447.307
6.01.01.02	Equivalência patrimonial	-317.029	-439.948
6.01.01.03	Amortização de ágio, líquida	25.808	25.482
6.01.01.04	Variações monetárias e cambiais e juros de longo prazo líquidas		-1.487
6.01.01.05	Variações monetárias e cambiais e juros de curto prazo líquidas		-125
6.01.01.06	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	5.679	
6.01.01.07	Impostos e contribuições diferidos		1.209
6.01.01.08	Depreciação e amortização	493	527
6.01.01.09	Recebimentos de dividendos	55.852	89.996
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	162.044	-489
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-317	
6.01.02.02	Titulos e valores mobiliário	-4.007	-794
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	4.001	17.816
6.01.02.04	Impostos e contribuições diferidos	-15	-1.224
6.01.02.05	Fundos vinculados		-1.033
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-1.401	
6.01.02.07	Coligadas e controladas	-1.801	28
6.01.02.08	Outros ativos	27	-43
6.01.02.09	Fornecedores	-1.111	-159
6.01.02.10	Salários e encaragos a pagar	11	-114
6.01.02.11	Impostos e contribuições sociais a recolher	4.392	-6.014
6.01.02.12	Coligadas e controladas	162.267	-9.282
6.01.02.13	Outros passivos	-2	330
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-202.386	-3.150

6.02.01	Integralização de capital		-1.700
6.02.02	Em investimentos	-200.969	
6.02.03	No imobilizado	-1.417	
6.02.04	No intangível		-1.450
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-105.710	-38.183
6.03.01	Adiantamento para futuro aumento de capital		-41.224
6.03.02	Empréstimos e financiamentos obtidos	-5.655	
6.03.03	Obrigações vinculadas		-1.259
6.03.04	Pagamento de dividendos	-100.055	
6.03.05	Coligadas e controladas		4.300
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.351	81.139
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.799.730	1.861.203
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.785.379	1.942.342

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2011 à 30/03/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-136.000	0	-136.000
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-136.000	0	-136.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	360.279	7.466	367.745
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	360.279	0	360.279
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.466	7.466
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.06	Ganho sobre ativo dsiponivel para a venda	0	0	0	0	7.466	7.466
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.645.390	224.279	28.612	1.063.959

01/01/2010 à 30/03/2010

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores						
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-94.134	0	-94.134
5.04.01	Aumentos de Capital						

5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos						
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-94.134	0	-94.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.928	7.548	450.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.928	0	442.928
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.548	7.548
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						

5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.400.740	348.794	3.224	9.494.071

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	-607	335
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	960	159
7.01.02	Outras Receitas	-1.567	176
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-1.567	176
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.079	-3.365
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.079	-3.365
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.686	-3.030
7.04	Retenções	-26.301	-24.789
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.300	-24.789
7.04.02	Outras	-1	
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-27.987	-27.819
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	397.894	482.732
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	317.028	439.948
7.06.02	Receitas Financeiras	80.866	42.784
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	369.907	454.913
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	369.907	454.913
7.08.01	Pessoal	748	2.616
7.08.01.01	Remuneração Direta	-102	35
7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	850	2.581

Powered by MZiQ

7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	111	2.531
7.08.01.04.02	Entidades de Previdência privada	55	3
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	3	
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros benefícios		4
7.08.01.04.05	Provisão para férias e 13 salário	8	29
7.08.01.04.06	Plano de saúde	20	2
7.08.01.04.07	Indenização trabalhista		7
7.08.01.04.08	Administradores	544	2
7.08.01.04.09	Outros	109	3
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	894	4.577
7.08.02.01	Federais	894	4.577
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.985	4.793
7.08.03.01	Juros	7.983	4.790
7.08.03.02	Aluguéis	2	3
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	360.280	442.927
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	136.000	94.134
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	224.280	348.793
7.08.05	Outros		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2011	31/12/2010
1	Ativo Total	2.019.343	1.959.008
1.01	Ativo Circulante	6.483.028	6.359.007
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.554.423	3.391.601
1.01.02	Aplicações Financeiras	224.210	277.076
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	224.210	277.076
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	224.210	277.076
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	1.942.281	1.959.762
1.01.03.01	Clientes	1.942.281	1.959.762
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	18.633	16.504
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	424.632	406.740
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	424.632	406.740
1.01.07	Despesas Antecipadas	24.198	19.196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	294.651	288.128
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	294.651	288.128
1.02	Ativo Não Circulante	1.371.040	1.323.107
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.497.296	3.346.705
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	218.489	170.295
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	218.489	170.295

1.02.01.03	Contas a Receber	1.074.785	1.040.174
1.02.01.03.01	Clientes	1.074.785	1.040.174
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	324.012	333.502
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	324.012	333.502
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas		
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.880.010	1.802.734
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Ativo indenizável (concessão)	759.528	701.407
1.02.01.09.04	Impostos e contribuições a recuperar	93.849	81.104
1.02.01.09.05	Coligadas e controladas	25.036	2.960
1.02.01.09.06	Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	585.519	598.170
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	319.006	304.552
1.02.01.09.08	Despesas pagas antecipadamente	2.580	2.676
1.02.01.09.09	Superávit atuarial	43.702	43.702
1.02.01.09.10	Dividendos a receber	-34	
1.02.01.09.11	Fundos vinculados	23.796	23.562
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulante	27.028	44.601
1.02.02	Investimentos	36.896	20.493
1.02.02.01	Participações Societárias	36.896	20.493
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas		
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	36.896	20.493
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		

1.02.03	Imobilizado	3.672.629	3.632.122
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.501.317	1.992.557
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.171.312	1.639.565
1.02.04	Intangível	6.503.585	6.231.759
1.02.04.01	Intangíveis	6.503.585	6.231.759
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.503.585	6.231.759
1.02.04.02	Goodwill		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	31/03/2011	31/12/2010
2	Passivo Total	2.019.343	1.959.008
2.01	Passivo Circulante	3.135.976	2.919.551
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	93.756	69.853
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	93.756	69.853
2.01.02	Fornecedores	715.693	759.320
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	715.693	759.320
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	412.039	392.093
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	412.039	392.093
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	412.039	392.093
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.337.302	1.154.887
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	696.577	545.324
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	498.816	494.735
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	197.761	50.589
2.01.04.02	Debêntures	640.725	609.563
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	545.690	516.129
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	545.690	516.129
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	147.542	120.787
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	221.725	228.285
2.01.05.02.05	Obrigações de benefícios/contr. definidos pós-emprego	13.331	14.355
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	163.092	152.702
2.01.06	Provisões	31.496	27.269
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	5.520.580	5.414.047
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.556.350	4.612.268
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.520.950	3.490.632
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.255.342	3.235.934
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	265.608	254.698
2.02.01.02	Debêntures	1.035.400	1.121.636
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	618.991	437.818
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	618.991	437.818
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	12.924	12.722
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	93.960	87.845
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	11.826	11.791
2.02.02.02.06	Obrigações e benefícios/contr. definidos pós-emprego	292.868	292.984
2.02.02.02.07	Coligadas e controladas	170.460	2.091
2.02.02.02.08	Recursos destinados a aumento de capital	1.696	1.696
2.02.02.02.09	Outros passivos não circulante	35.257	28.689
2.02.03	Tributos Diferidos	159.185	184.456
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	159.185	184.456
2.02.04	Provisões	186.054	179.505
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.153.687	1.125.648
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	5.645.390	5.645.390
2.03.04.01	Reserva Legal	416.101	416.101
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar		
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.814.881	4.814.881
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	414.408	414.408
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	224.279	
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	28.612	21.146
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	897.284	848.639
2.02.04.02.04	Provisão para contingências	494	494

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010	01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços		2.181.832		2.036.861
3.01.01	Receita Bruta		3.177.812		2.982.763
3.01.06	(-) Deduções da receita bruta		-995.980		-945.902
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos		-1.443.735		-1.200.763
3.03	Resultado Bruto		738.097		836.098
3.04	Despesas/Receitas Operacionais		-250.619		-214.656
3.04.01	Despesas com Vendas		-102.790		-82.558
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas		-122.021		-106.616
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		-25.808		-25.482
3.04.03.01	Amortização de ágio		-25.808		-25.482
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial				
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos		487.478		621.442
3.06	Resultado Financeiro		-20.336		1.759
3.06.01	Receitas Financeiras		201.894		172.357
3.06.02	Despesas Financeiras		-222.230		-170.598
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		467.142		623.201
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro		-59.378		-121.270
3.08.01	Corrente		-76.474		-87.626
3.08.02	Diferido		17.096		-33.644
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas		407.764		501.931
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período		407.764		501.931
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora		360.280		442.928

Powered by MZiQ

3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores		47.484		59.003
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010	01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período				
4.02	Outros Resultados Abrangentes				
4.03	Resultado Abrangente do Período				

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	825.916	667.341
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	757.526	832.960
6.01.01.01	Lucro antes do imposto	467.141	623.201
6.01.01.02	Depreciação e amortização	129.240	94.290
6.01.01.03	Amortização de ágio, líquida	25.808	28.827
6.01.01.04	Variações monetárias e cambiais e juros de longo prazo líquidas	121.504	94.986
6.01.01.05	Variações monetárias e cambiais e juros de curto prazo líquidas	16.962	3.082
6.01.01.06	Outras receitas e despesas financeiras líquidas	19.728	2.430
6.01.01.07	Impostos e contribuições diferidos	17.543	17.587
6.01.01.08	Provisões	-40.400	-31.443
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	68.390	-165.619
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-19.033	-88.274
6.01.02.02	Titulos e valores mobiliário	4.846	-4.802
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a recuperar	-25.977	-36.628
6.01.02.04	Impostos e contribuições diferidos	9.987	-748
6.01.02.05	Estoques	-2.475	-3.601
6.01.02.06	Fundos vinculados	-5.664	-6.349
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-14.208	-2.425
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente	-4.691	-1.669
6.01.02.09	Outros ativos	15.391	-45.315
6.01.02.10	Fornecedores	-39.632	30.318
6.01.02.11	Salário e encargos a pagar	24.086	-15.660
6.01.02.12	Encargos e juros pagos	-46.427	-9.611
6.01.02.13	Taxas regulamentares	16.223	52.359
6.01.02.14	Obirgações de benefícios/contrib. definidos pós-emprego	-6.470	-9.779
6.01.02.15	Impostos e contribuições sociais a recolher	-27.280	-58.763
6.01.02.16	Coligadas e controladas	172.884	

6.01.02.17	Provisões para contigências	4.940	7.925
6.01.02.18	Outros passivos	11.890	27.403
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-585.501	-468.271
6.02.01	Em investimentos	-217.148	-645
6.02.02	No imobilizado	-41.046	-91.579
6.02.03	No intangível	-327.307	-376.047
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-77.593	109.042
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	280.066	76.250
6.03.02	Debêntures	95	3.575
6.03.03	Pagamentos de emprestimos e financiamentos	-153.521	-105.147
6.03.04	Pagamento de debêntures	-106.490	-41.267
6.03.05	Obrigações vinculadas	13.257	176.296
6.03.06	Pagamentos de dividendos	-111.000	-665
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	162.822	308.112
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.391.601	2.629.644
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.554.423	2.937.756

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2011 à 30/03/2011

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	5.645.390	0	21.146	1.040.784	0	1.040.784
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-136.000	0	-136.000	0	-136.000
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-136.000	0	-136.000	0	-136.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	360.279	7.466	367.745	0	367.745
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	360.279	0	360.279	0	360.279
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.466	7.466	0	7.466

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.06	Ganho sobre ativo dsiponivel para a venda	0	0	0	0	7.466	7.466	0	7.466
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	5.645.390	224.279	28.612	1.063.959	0	1.063.959

01/01/2010 à 30/03/2010

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado

5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	0	9.137.729
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores								
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	4.400.740	0	-4.324	9.137.729	0	9.137.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-94.134	0	-94.134	0	-94.134
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos								
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-94.134	0	-94.134	0	-94.134
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	442.928	7.548	450.476	0	450.476
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	442.928	0	442.928	0	442.928
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	7.548	7.548	0	7.548
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	4.400.740	348.794	3.224	9.494.071	0	9.494.071

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2011 à 31/03/2011	01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	3.072.029	2.833.300
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.070.903	2.846.734
7.01.02	Outras Receitas	1.126	-13.434
7.01.02.01	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.945	-13.164
7.01.02.02	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-2.819	-270
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.514.198	-1.230.535
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-454.882	-321.696
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros	-1.059.316	-908.839
7.02.04.01	Energia elétrica comprada para revenda	-949.507	-802.903
7.02.04.02	Encargos de uso de rede básica de transmissão	-109.809	-105.936
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.557.831	1.602.765
7.04	Retenções	-139.357	-114.975
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-139.357	-114.975
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.418.474	1.487.790
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	186.209	156.213
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial		
7.06.02	Receitas Financeiras	186.209	156.213
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.604.683	1.644.003
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.604.683	1.644.003
7.08.01	Pessoal	98.724	96.129
7.08.01.01	Remuneração Direta	62.905	57.250

7.08.01.02	Benefícios		
7.08.01.03	F.G.T.S.		
7.08.01.04	Outros	35.819	38.879
7.08.01.04.01	Encargos sociais (exceto INSS)	11.348	11.820
7.08.01.04.02	Entidade previdênciária privada	4.468	6.773
7.08.01.04.03	Auxílio alimentação	5.516	4.722
7.08.01.04.04	Convênio assistencial e outros beneficios	3.221	2.495
7.08.01.04.05	Incentivo a aposentadoria e demissão voluntária	713	66
7.08.01.04.06	Provisão para férias e 13 salário	5.256	5.637
7.08.01.04.07	Plano de saúde	3.695	3.157
7.08.01.04.08	Indenizações trabalhistas	1.780	5.950
7.08.01.04.09	Participações nos resultados	20.962	21.421
7.08.01.04.10	Administradores	2.116	2.722
7.08.01.04.11	Encerramento de ordem em curso	108	100
7.08.01.04.12	(-) Transferências para ordens	-26.452	-26.681
7.08.01.04.13	Custos imobilizados / intagíveis		-418
7.08.01.04.14	Outros	3.088	1.115
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	947.223	954.964
7.08.02.01	Federais	456.723	485.541
7.08.02.02	Estaduais	490.500	469.423
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	198.456	149.982
7.08.03.01	Juros	193.119	147.207
7.08.03.02	Aluguéis	2.412	1.970
7.08.03.03	Outras	2.925	805
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	360.280	442.928
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	136.000	94.134
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	224.280	348.794
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos		

7.08.05	Outros		

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Neoenergia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foam submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Powered by MZiQ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding de controle não operacional, depende diretamente do resultado das operações de suas empresas controladas. No 1º trimestre de 2011, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

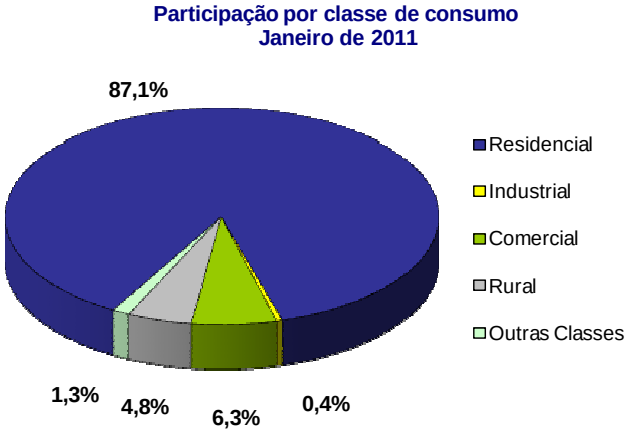
1.1. Distribuidoras:

a) Evolução do número de clientes:

Evolução do número de clientes ativos						
	Quantidadade		Variação Vertical			
Descrição	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10	Variação horizontal	
Residencial	8.029.587	7.636.469	87%	87%	393.118	5%
Industrial	39.800	39.859	0%	0%	-59	0%
Comercial	583.219	565.136	6%	6%	18.083	3%
Rural	442.494	433.851	5%	5%	8.643	2%
Poder Público	79.336	76.161	1%	1%	3.175	4%
Iluminação Pública	26.526	25.553	0%	0%	973	4%
Serviço Público	12.606	10.710	0%	0%	1.896	18%
Consumo Próprio	1.312	691	0%	0%	621	90%
Suprimento	37	34	0%	0%	3	9%
Total	9.214.917	8.788.464	100%	100%	426.453	5%

Em março de 2011, o número consolidado de clientes, das controladas COELBA, CELPE e COSERN, apresentou um crescimento de 4,85 % em relação ao mesmo período do ano anterior.

Participação do Número de Clientes
Por Classe de Consumo – Setembro/2009



b) Consumo Faturado:

	Evolução do número de clientes ativos					
	Quantidadade		Variação Vertical			
Descrição	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10	Variação horizontal	
Residencial	2.782.309	2.645.834	38%	37%	136.475	5%
Industrial	1.512.919	1.494.318	21%	21%	18.601	1%
Comercial	1.478.169	1.434.942	20%	20%	43.227	3%
Rural	421.633	443.526	6%	6%	-21.893	-5%
Poder Público	344.910	331.944	5%	5%	12.965	4%
Iluminação Pública	341.579	311.061	5%	4%	30.519	10%
Serviço Público	399.688	391.762	5%	6%	7.926	2%
Consumo Próprio	8.217	7.534	0%	0%	683	9%
Total	7.289.423	7.060.921	100%	100%	228.501	3%

No 1º trimestre de 2010, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 7.060.921 MWh (6.724.241 MWh no 1º trimestre de 2009) apresentando um aumento de 5,01%.

c) Investimentos:

	1º Trimestre 2010		Acumulado até 31/03/10	
	Investimento Total	Subvenções Recebidas	Investimento Total	Subvenções Recebidas
Geração	0	-	-	-
Distribuição	334.455	181.846	334.455	181.846
Comercialização	304	-	304	-
Administração	26.842	-	26.842	-
Total	361.602	181.846	361.602	181.846

Os investimentos no 1º trimestre de 2010 atingiram o montante de R$ 361.602 mil. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia.

Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público.

	Consolidado	Coelba	Celpe	Cosern
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637		
Ligações executadas em 2011	16.074	16.074		
Total	612.286	444.920	114.841	52.525
Em execução	10.268	10.268		
A executar	3.063	3.063		
Ligações previstas pelo programa (*)	625.617	458.251	114.841	52.525

1.2. Geradoras:

A ITAPEBI possui energia assegurada, através de contrato de compra e venda de energia elétrica para o fornecimento de volumes anuais de 1.877.212 MWh até o exercício de 2017 para a COELBA.

A TERMOPERNAMBUCO iniciou suas operações em 15 de maio de 2004, e possui contratos de compra e venda de energia elétrica com a CELPE e COELBA.

No 1º trimestre de 2011 entraram em operação comercial as PCHs Goiandira e Nova Aurora.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados apurados em suas controladas.

O resultado líquido consolidado do 1º trimestre de 2011 foi de R$ 360.280 mil (R$ 442.928 mil no 1º trimestre de 2010), apresentando um decréscimo de R$ 82.648 mil e de 18,66%.

Descrição	31/03/2011	31/03/2010	Variação 2011/2010
Receita Bruta	3.177.812	2.982.763	6,54%
Deduções da Receita Bruta	(995.980)	(945.902)	5,29%
Receita Líquida	**2.181.832**	**2.036.861**	**7,12%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.443.735)	(1.200.763)	20,23%
Resultado Bruto	**738.097**	**836.098**	**-11,72%**
Margem Bruta	**33,83%**	**41,05%**	
Outras Despesas Operacionais	(224.811)	(189.174)	18,84%
Resultado do serviço	**513.286**	**646.924**	**-20,66%**
Depreciação e Amortização	(129.241)	(104.641)	23,51%
EBITDA	**642.527**	**751.565**	**-14,51%**
Margem do EBITDA	**29,45%**	**36,90%**	
Resultado Financeiro	(20.337)	1.759	-1256,14%
Amortização de Ágio / Investimento	(25.808)	(25.482)	1,28%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**467.142**	**623.201**	**-25,04%**
IR e CSLL	(59.378)	(121.270)	-51,04%
Participação Acionistas não Controladores	(47.484)	(59.003)	**-19,52%**
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**360.280**	**442.928**	**-18,66%**
Margem Líquida	**16,51%**	**21,75%**	

As principais variações ocorridas no período foram:

- A Companhia apresentou no primeiro trimestre de 2011 uma receita bruta de R$ 3.177.812 contra R$ 2.982.763 no primeiro trimestre de 2010, representando uma crescimento de 6,5%, que resultou numa receita líquida de R$ 2.181.832 contra R$ 2.036.861, representando um acréscimo de 7,1%.

  ✓ Este acréscimo é devido principalmente ao incremento da receita de construção no montante de R$ 129.404 acrescido ao crescimento no

consumo faturado de 3% e aos reajustes tarifários ocorridos em abril de 2010 na Coelba e Cosern. Este acréscimo foi compensado pelo decréscimo no reajuste tarifário ocorridos em abril de 2010 na Celpe de 8,7%.

- Os custos de bens e serviços e outras despesas operacionais cresceram R$ 278.609 conforme demonstrado abaixo:

Custos / Despesas	Ref.	31/03/11	31/03/10	Variação
Pessoal		(118.195)	(107.341)	(10.854)
Administradores		(1.848)	(5.934)	4.086
Entidade de previdência privada		(5.151)	(7.676)	2.525
Material		(6.638)	(6.640)	2
Combustível para produção de energia		(29.172)	(5.121)	(24.051)
Serviços de terceiros		(130.079)	(127.468)	(2.611)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE		(892)	(4.499)	3.607
Outorga da concessão pela utilização do bem público		(81)	(616)	535
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos		(1.874)	(236)	(1.638)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(868)	(2.023)	1.155
Energia elétrica comprada para revenda		(747.433)	(654.981)	(92.452)
Encargos de uso do sistema transmissão		(123.603)	(123.388)	(215)
Depreciação e amortização		(129.240)	(104.641)	(24.599)
Arrendamentos e alugueis		(2.807)	(2.144)	(663)
Tributos		(2.426)	(4.035)	1.609
Provisões Líquidas - PCLD		(22.465)	(15.087)	(7.378)
Provisões Líquidas - Contingências		(2.652)	(3.937)	1.285
Provisões atuariais		-	-	-
Custo de construção		(322.261)	(192.857)	(129.404)
Alienação / Desativação de bens e direitos		(1.398)	-	(1.398)
Outros		(19.463)	(21.313)	1.850
Total custos / despesas		(1.668.546)	(1.389.937)	(278.609)

- ✓ Incremento de compra de energia elétrica no 1º trimestre de 2011 na controlada Itapebi, sendo que será compensada com maior venda no 2º semestre de 2011;
- ✓ Incremento de compra de gás na controlada Termopernambuco em função da Petrobrás estar com maior disponibilidade de gás;
- ✓ Incremento do custo de construção

Consequentemente o EBITDA apresentou redução de 14,5%.

Segue abaixo a composição do resultado consolidado:

Composição do Lucro líquido

	31/03/2011	% Vertical	31/03/2010	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	43.251		2.980	
Distribuidoras:				
COELBA	177.781	61%	192.939	-8%
CELPE	80.420	27%	150.362	-47%
COSERN	35.246	12%	55.708	-37%
Subtotal	**293.447**	**100%**	**399.009**	**-26%**
Geradoras:				
ITAPEBI	980	2%	18.655	-95%
TERMOPE	19.051	30%	52.360	-64%
BAGUARI	2.416	4%	3.500	-31%
GOIÁS SUL	2.658	4%	(1.517)	
GERAÇÃO CIII	4.052	6%	2.794	45%
RIO PCH I	4.053	6%	(423)	
BAHIA PCH I	2.443	4%	3.484	-30%
SE NARANDIBA	(133)	0%	(17)	
ÁGUAS DA PEDRA	17.405	28%	(638)	
TERMOAÇU	744	1%	460	62%
GERAÇÃO CÉU AZUL	(12)	0%	(44)	
AFLUENTE G	1.594	3%	1.419	12%
AFLUENTE T	4.724	8%	6.126	-23%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	2.662		-	
NORTE ENERGIA	198		-	
Subtotal	**62.834**	**100%**	**86.159**	**-27%**
Outros				
NEOINVEST	99		6	
NC ENERGIA	7.296		10.071	-28%
NEOSERV	(158)		862	
Outras participações				
Controladora e Consolidado	**360.279**		**442.928**	**-19%**

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

Dados Econômico-Financeiros	31/3/2010	31/3/2011	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	2.982.763	3.177.812	6,5%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	2.036.861	2.181.832	7,1%
EBITDA (R$ mil)	751.765	642.527	-14,5%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	621.442	487.478	-21,6%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	1.759	(20.337)	-1256,1%
Lucro Líquido (R$ mil)	442.928	360.279	-18,7%
Ativo Total (R$ mil)	19.590.083	20.193.434	3,1%
Dívida Bruta (R$ mil)	5.767.155	5.893.652	2,2%
Dívida Líquida (R$ mil) *	1.898.764	1.858.225	-2,1%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	10.407.849	10.639.594	2,2%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	36,9%	29,4%	-7,46 p.p
Margem EBIT	30,5%	22,3%	-8,17 p.p
Margem Líquida	21,7%	16,5%	-5,23 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	(427,4)	31,6	-107,4%
Dívida Bruta/EBITDA**	1,9	2,3	19,6%
Índice de Endividamento Líquido	15,4%	14,9%	-0,56 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,78	1,82	2,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,08	0,06	-18,7%
Distribuição de Dividendos e JSCP (R$ mil)		(136.000)	

* Dívida líquida de disponibilidades
** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas e controlada em conjunto, segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		31/03/11		31/12/10	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,45	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		75,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES	(a)	50,01	-	-	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	1,00	99,00	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES		99,00	1,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 14.

1. CONTEXTO OPERACIONAL -- Continuação

	Percentual da Participação (%)			
	31/03/11		31/12/10	
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Ancona Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento Bilbao	100,00	-	100,00	-
Santander Fundo de Investimento Rio de Janeiro Referenciado DI	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	**Número de Municípios**	**Localidade**	**Data de concessão**	**Data de vencimento**
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/1997	07/08/2027
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/2000	30/03/2030
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/2000	30/03/2030
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	30/12/2027

Comercialização	**Localidade**	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

2. CONCESSÕES -- Continuação

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW) *	Energia Assegurada (MWmed) *	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/ Autorização	Data de Vencimento
COELBA							
Belmonte	Termelétrica - UTE	Belmonte - BA	1,5 MW	Somente em caráter emergencial		29/08/05	Indeterminad
Ilha Grande	Termelétrica - UTE	Camamu - BA	1,7 MW	1,2 MW	1,2 MW	08/08/97	07/08/27
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,5 MW	9,5 MW	08/08/97	07/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	6,9 MW	6,9 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	450 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532 MW	490,6 MW	455 MW	15/12/00	18/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,31 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	11,51 MW	11 MW	17/12/02	16/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	17/02/04	16/02/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	17/12/02	16/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	81,4 MW	77 MW	15/08/06	15/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	93,6 MW	50,9 MW	50,9 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	09/12/99	09/12/99
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE		10,4 MW	10,4 MW	10,4 MW	1998	2013
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE		5,6 MW	5,6 MW	5,6 MW	1998	2013
Corn Mogi	Termelétrica - UTE		34,9 MW	34,9 MW	34,9 MW	2003	2023
Corn Balsa	Termelétrica - UTE		10,7 MW	10,7 MW	10,7 MW	2002	2022
Brahma Rio	Termelétrica - UTE		14,7 MW	14,7 MW	14,7 MW	1999	2014

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW) *	Energia Assegurada (MWmed) *	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/ Autorização	Data de Vencimento
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	28/06/07	28/06/42
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	30/06/05	04/08/40
BELO MONTE	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3.199,7 MW	26/08/10	26/08/45

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais individuais da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

As informações trimestrais consolidadas da Companhia relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

As práticas contábeis adotadas na preparação das informações trimestrais são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 25 de abril de 2011, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do *IASB* e interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. Esses pronunciamentos contábeis deverão ser emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- *International Accounting Stardard (IAS)* 24 Exigências de divulgação para entidades estatais e definição de parte relacionada (revisada) - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *IFRS* 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A *IFRS* 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "*IAS* 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A *IFRS* 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

- *IFRIC* 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impacta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- *IFRIC* 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A *IFRIC* 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010,

sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. A Companhia entende que a *IFRIC* 19 não impacte suas demonstrações financeiras consolidadas.

- Melhorias para *IFRS* – O *IASB* emitiu melhorias para as normas e emendas de *IFRS* em maio de 2010 e as emendas são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais que poderiam impactar a Companhia:

  - *IFRS* 3 – Combinação de negócios.
  - *IFRS* 7 – Divulgação de instrumentos financeiros.
  - *IAS* 1 – Apresentação das demonstrações financeiras.

  A Companhia entende que as mudanças não impactem suas demonstrações financeiras consolidadas.

  Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R1) - Demonstrações Consolidadas e pela Instrução CVM n° 247, de 27 de março de 1996, que incluem a Neoenergia, suas controladas e controladas em conjunto.

As informações trimestrais da controlada em conjunto Termoaçu, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das informações trimestrais da investida.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas empresas do Grupo. As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;

- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação das informações trimestrais consolidadas, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído a concessão, foi classificado no ativo intangível.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Saldos		Saldos	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
				Reclassificado
Caixa e Depósitos bancários à vista	145	185	74.602	276.935
Aplicações Financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	408.432	421.261	553.178	477.720
Fundos de investimento	2.376.802	2.378.284	2.926.643	2.636.946
	2.785.379	2.799.730	3.554.423	3.391.601

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a taxas que variam de 90% a 106%.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostas da seguinte forma:

		Consolidado	
	Ref.	31/03/11	31/12/10
			Reclassificado
Consumidores	(a)	2.776.749	2.773.702
Títulos a Receber	(b)	137.006	117.551
Comercialização de Energia na CCEE	(c)	74.117	94.052
Disponibilização do Sistema de Distribuição		31.627	29.553
Serviços Prestados a Terceiros		83.921	71.968
Outros Créditos		99.754	99.941
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(d)	(186.108)	(186.831)
Total		3.017.066	2.999.936
Circulante		1.942.281	1.959.762
Nâo Circulante		1.074.785	1.040.174

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(a) Consumidores

	Consolidado						
		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/11	31/12/10 Reclassificado	31/03/11	31/12/10 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	744.816	259.149	174.603	1.178.568	1.139.851	(31.208)	(28.823)
Industrial	200.441	26.093	95.484	322.018	315.956	(53.730)	(57.112)
Comercial, serviços e outras	159.531	133.875	55.233	348.639	386.423	(22.684)	(20.468)
Rural	48.389	20.047	59.116	127.552	131.193	(20.013)	(19.707)
	1.153.177	439.164	384.436	1.976.777	1.973.423	(127.635)	(126.110)
Setor Público							
Poder Público		-	-		-	-	-
Federal	13.825	3.430	3.567	20.822	19.515	(1.556)	(1.475)
Estadual	169.341	6.931	4.247	180.519	180.751	(366)	(349)
Municipal	184.886	19.023	14.462	218.371	218.214	(16.705)	(16.211)
	368.052	29.384	22.276	419.712	418.480	(18.627)	(18.035)
Iluminação pública	52.408	11.062	7.976	71.446	70.449	(2.272)	(2.361)
Serviço público	75.219	5.799	8.222	89.240	90.369	(9.861)	(4.172)
Fornecimento não faturado	219.574	-	-	219.574	220.981	-	(5.539)
Consumidores	1.868.430	485.409	422.910	2.776.749	2.773.702	(158.395)	(156.217)
Circulante				1.023.322	1.083.349	(132.290)	(130.607)
Não Circulante				1.753.427	1.690.353	(26.105)	(25.610)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de contas de fornecimento de energia em atraso de órgãos públicos e débitos diversos (agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, etc.).

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	Vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	31/03/11	31/12/10 Reclassificado	31/03/11	31/12/10 Reclassificado
Setor Público	10.316	4	2.744	13.064	12.875	(6.159)	(7.137)
Setor Privado	108.920	13.413	1.609	123.942	104.675	(20.133)	(20.818)
Total	119.236	13.417	4.353	137.006	117.551	(26.292)	(27.955)
Circulante				134.575	114.741	(8.093)	(7.159)
Não Circulante				2.431	2.210	(18.199)	(20.796)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS --Continuação

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia - MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a Receber	Outros Créditos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (reclassificado)	(156.217)	(27.955)	(2.659)	(186.831)
Adições	(99.883)	(2.958)	(5.456)	(108.297)
Reversões	85.774	4.621	6.694	97.089
Baixados a Reserva	11.931	-	-	11.931
Saldos em 31 de março de 2011	(158.395)	(26.292)	(1.421)	(186.108)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	Consolidado 31/03/11	Consolidado 31/12/10
Disponíveis para venda						Reclassificado
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	mar-13	Variável	17.425	16.973
Banco Nordeste do Brasil	(1)	Carteira de clientes/CDI	Diversos	CDI	28.408	43.792
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-13	CDI	12.518	12.211
Banco Nordeste do Brasil		CDB	Diversos	CDI	21.313	20.792
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	jan-14	CDI	10.243	9.993
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	dez-12	CDI	15.066	14.367
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	set-18	CDI	5.519	2.729
Banco Nordeste do Brasil	(1)	CDB	ago-10	CDI	14.731	14.697
Bradesco		3259	fev-11	CDI	-	5
Bradesco	(2)	Fundo Recife	(*)	CDI	2.197	0
Bradesco		Fundo de Investimento	(*)	CDI	4.535	9
Bradesco	(2)	CDB/CDI	Diversos	CDI	1.052	1.085
Bradesco	(2)	LFT	jun-11	CDI	1.356	1.273
Bradesco	(2)	CDB	set-13	CDI	1.839	1.510
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	out-15	CDI	27.118	42.459
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	(*)	CDI	53.695	58.156
Banco do Brasil	(1)	Fundo de Investimento	jul-10	CDI	30.671	19.410
Banco Itaú		Títulos Públicos	set-13	Selic	158.057	154.050
Banco Itaú		CDB	jan-10	CDI	1.970	0
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	10.128	9.870
Banco Itaú	(2)	CDB	ago-12	CDIC	919	895
Caixa Econômica Federal		CDB	diversos	CDI	11.979	8.023
Votorantim		CDB	diversos	CDI	2.178	7.174
Votorantim	(2)	CDB	dez-10	CDI	4.397	7.564
Bradesco	(2)	CDB	out-11	CDI	135	132
Bradesco	(2)	LFT	mar-12	CDI	208	202
Caixa Econômica Federal		LFT	diversos	Selic	5.042	0
Total					442.699	447.371
Circulante					224.210	277.076
Não Circulante					218.489	170.295

(1) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras.

(2) Constituem garantia para contrato de energia.

(*) Aplicações com liquidez sem vencimento pré-determinado.

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(1)	71.683	61.738	117.027	91.276
Contribuição Social - CSLL	(1)	5.840	2.605	41.874	14.771
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(2)	-	-	80.047	94.459
Programa de Integração Social - PIS	(3)	5.707	5.650	28.967	27.594
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3)	21.064	38.308	145.004	158.865
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	6.859	6.260
IOF		3.605	-	3.616	-
Imposto sobre Serviços - ISS		21	-	1.005	392
Outros		-	3.620	233	13.123
		107.920	111.921	424.632	406.740
Não-Circulante					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS		-	-	81.344	78.577
Programa de Integração Social - PIS		-	-	1.388	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS		-	-	8.488	-
Recuperação Fiscal - REFIS		-	-	2.628	2.527
		-	-	93.849	81.104
Total		107.920	111.921	518.481	487.844

(1) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda - IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(2) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

(3) PIS e COFINS a compensar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, das retenções/ antecipações de órgãos públicos e ajuste dos créditos provenientes de encargos de depreciação de máquinas e equipamentos e gastos com materiais aplicados na atividade de prestação de serviços, conforme disposto no Parecer SRFB COSIT nº 27/2008.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro real, o IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a CSLL, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente as alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%. Para as empresas que optaram pelo regime fiscal do lucro presumido o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 0,65% e 3,0%, as quais são aplicáveis aos contribuintes que elegeram ao regime cumulativo.

	Ativo			
	31/03/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Prejuízos Fiscais	-	1.248	-	-
Diferenças Temporárias	948.239	236.933	981.303	245.185
	948.239	238.181	981.303	245.185
Contribuição Social				
Base Negativa	-	475	-	-
Diferenças Temporárias	948.175	85.356	981.303	88.317
	948.175	85.831	981.303	88.317
Total		324.012		333.502

	Passivo			
	31/03/11		31/12/10	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda				
Prejuízos Fiscais	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	469.209	117.139	545.682	135.344
	469.209	117.139	545.682	135.344
Contribuição Social				
Base Negativa	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	467.165	42.046	545.682	49.112
	467.165	42.046	545.682	49.112
Total		159.185		184.456

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS --Continuação

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	31/03/11		31/12/10	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	126.299	126.299	108.186	108.186
Provisão para passivo atuarial	302.424	302.424	302.227	302.227
Provisão para demissão voluntária	738	738	1.146	1.146
Provisão Desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	194.026	194.026	186.404	186.404
Provisão Agente Arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	27.788	27.788	19.333	19.333
Pis/Cofins diferidos	65.552	65.488	65.488	65.488
Pesquisa e Desenvolvimento	6.775	6.775	6.776	6.776
Aplicação do "Hedge Accounting"	460	460	-	-
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	4.905	4.905	4.759	4.759
Diferença entre valor justo do ano corrente e o valor justo da adoção inicial	12.387	12.387	-	-
Déficit plano previdenciário	1.996	1.996	2.130	2.130
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	24.631	24.631	134.647	134.647
Baixa do ativo diferidp	-	-	87.062	87.062
Outros	173.159	173.159	56.046	56.046
Total Ativo	948.239	948.175	981.303	981.303

	Consolidado			
	31/03/11		31/12/10	
Passivo	IR	CSLL	IR	CSLL
Precatório Finsocial	11.100	11.100	10.847	10.847
Aplicação do "Hedge Accounting"	-	-	5.418	5.418
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	67.066	67.066	38.181	38.181
Ajuste da quota anual de amortização	142.486	142.486	143.141	143.141
Capitalização de juros de acordo com o IFRS	121.634	121.634	92.605	92.605
(-) Amortização da capitalização de juros	(11.141)	(11.141)	(7.510)	(7.510)
Déficit plano previdenciário CD	140	140	140	140
Superávit plano previdenciário BD	43.702	43.702	28.757	28.757
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	70.787	70.787	189.384	189.384
Outros	23.435	21.391	44.719	44.719
Total Passivo	469.209	467.165	545.682	545.682

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS --Continuação

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2011 e 2010.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS --Continuação

		Consolidado			
		31/03/11		31/03/10	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		768.866	768.868	1.049.562	1.049.562
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(11.078)	(11.078)	(13.386)	(13.386)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	(36.940)	(36.940)	(19.788)	(19.788)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		720.848	720.851	1.016.388	1.016.388
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		180.212	64.877	254.097	91.475
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização Ágio Participação Societária		6.452	2.293	6.370	2.293
Perda de Equivalência Patrimonial		-	-	-	-
JSCP		(15.908)	(5.727)	(10.503)	(3.781)
Juros sobre Obras em Andamento - JOA		-	4	-	4
Contribuições e Doações		213	76	216	78
Multas Indedutíveis		23	8	626	225
Depreciação Veículos Executivos		112	39	112	38
Excesso Despesas Previdenciárias		805	290	723	260
Efeito Depreciação IPC/BTNF		-	-	-	-
Efeito Regime Lucro Presumido		(4.651)	(1.674)	(1.355)	(445)
Outras Adições		10.561	3.669	14.636	5.591
Subtotal Adições		(2.393)	(1.021)	10.825	4.263
(-) Exclusões					
Equivalência Patrimonial		(79.604)	(28.654)	(109.987)	(39.595)
Reversão da Provisão do Ágio		(4.014)	(1.444)	(4.195)	(1.507)
Reversão da PMIPL		(2.291)	(825)	(2.292)	(825)
Incentivo Fiscal SUDENE		(50.009)	-	(77.899)	-
Incentivos Audiovisual/Rouanet e PAT		(2.011)	-	(1.610)	-
Efeito Regime Lucro Presumido		(1.053)	(123)	(1.499)	(484)
Outras Exclusões		(9.998)	(3.725)	(4.035)	(1.907)
Subtotal Exclusões		(148.980)	(34.772)	(201.517)	(44.318)
Imposto de renda e contribuição social no período		28.839	29.084	63.405	51.420
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social gerado (compensado)		1.297	159	5.277	1.170
Imposto de renda e contribuição social no resultado		30.136	29.243	68.681	52.590
Corrente		42.148	34.328	43.764	43.843
Diferido		(12.011)	(5.084)	24.917	8.747
		30.136	29.243	68.681	52.590

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS --Continuação

Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Regime Tributário de Transição--Continuação

A Neoenergia e suas controladas efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa nº 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) – IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (Contratos de Concessão) – IFRIC12.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Trabalhistas		1.858	1.858	95.105	88.278
Cíveis		-	-	43.975	41.449
Fiscais:					
PIS / COFINS	(a)	90.000	88.599	101.279	99.697
IRRF sobre Juros sobre capital próprio	(b)	-	-	8.977	8.977
Incentivo Fiscal SUDENE		-	-	41.593	41.421
Outros		-	-	15.763	15.002
Outros		-	-	12.314	9.728
Total		91.858	90.457	319.006	304.552

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96.

(b) As controladas Coelba, Celpe e Cosern acolheram determinação judicial, emanada de Mandado de Segurança individual impetrado pela Neoenergia S.A. (Guaraniana à época), processo nº 2002.5101000216/4, na qual as controladas foram oficiadas a depositar os valores do imposto de renda retido na fonte - IRRF, incidente sobre os Juros sobre Capital Próprio - JSCP, lançado em dezembro de 2001 nas empresas Coelba, Celpe e Cosern, em favor da Neoenergia S.A., que deveriam ser recolhidos à Receita Federal. Em julho de 2010 foi proferida decisão judicial favorável à União Federal e a mesma levantou o referido depósito. Em conseqüência disto, a Neoenergia registrou o respectivo crédito fiscal em 2010 no valor de R$ 19.661.

12. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a COELBA, CELPE e COSERN (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

12. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO) -- Continuação

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 16).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da COELBA, CELPE e COSERN é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	701.407
Adições	51.471
Baixas	(2.629)
Ajuste - Valor Justo	9.279
Saldo em 31 de Março de 2011	759.528

As concessões de distribuição da Companhia não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

13. OUTROS CRÉDITOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Subvenção à baixa renda - tarifa social	(a)	-	-	72.154	86.961
Adiantamentos a Empregados		32	31	13.269	2.475
Adiantamentos a Fornecedores		64	62	6.890	8.360
Serviços Prestados a Terceiros		-	-	6.235	5.876
RGR a compensar		-	-	518	701
Precatório - Finsocial	(b)	-	-	11.100	10.845
Desativações em Curso		-	-	8.534	9.515
Dispêndios a Reembolsar em Curso	(c)	-	-	28.309	24.921
Adiantamentos		-	-	671	471
Serviços em curso	(d)	-	-	116.554	96.588
Outros créditos a receber		12.837	12.865	42.937	80.157
Total		12.933	12.958	307.171	326.870
Ativo Circulante		333	328	280.142	282.271
Ativo Não Circulante		12.600	12.630	27.029	44.599

(a) O Governo Federal, através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, com impacto significativo na receita operacional das controladas Coelba, Celpe e Cosern. Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no art.1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

(b) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela controlada Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual - LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 5 (cinco) primeiras parcelas anuais.

(c) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelos beneficiários.

(d) Referem-se aos gastos com pessoal, material e serviços na execução de serviços próprios e de terceiros, enquanto em curso, pelo sistema de Ordem de Serviço - ODS.

14. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Ações possuídas (em milhares) Preferenciais	Participação no capital Integralizado %	Capital Realizado	Patrimônio Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido no período
COELBA		31/03/11	98.122	67.179	87,84	542.163	2.533.238	149.440
		31/03/10	98.122	67.179	87,84	542.163	2.376.712	192.939
CELPE		31/03/11	66.023	864	89,65	590.174	1.609.378	58.007
		31/03/10	66.023	864	89,65	590.174	1.551.371	150.362
COSERN		31/03/11	110.782	31.153	84,45	63.084	80.998	15.862
		31/03/10	110.782	31.153	84,45	179.787	719.912	55.708
ITAPEBI		31/03/11	44.100	-	42,00	105.000	333.149	(13.865)
		31/03/10	44.100	-	42,00	105.000	336.836	18.655
TERMOPE		31/03/11	214.570	-	100,00	214.570	417.336	12.682
		31/03/10	214.570	-	100,00	214.570	404.364	52.360
BAGUARI I	(6)	31/03/11	87.133	-	100,00	87.133	93.365	1.832
		31/03/10	76.000	-	100,00	87.133	91.533	3.500
GOIAS SUL	(7)	31/03/11	109.643	-	100,00	109.643	104.429	(5.214)
		31/03/10	109.643	-	100,00	109.643	101.772	(1.517)
GERAÇÃO C III	(8)	31/03/11	128.566	-	100,00	128.566	133.675	6.863
		31/03/10	70.265	-	100,00	128.566	129.623	2.794
RIO PCH I	(10)	31/03/11	74.166	-	75,00	105.951	110.442	4.055
		31/03/10	74.166	-	75,00	105.951	106.386	(423)
BAHIA PCH I	(11)	31/03/11	49.174	-	100,00	49.174	58.675	2.441
		31/03/10	49.174	-	100,00	49.174	56.234	3.484
SE NARANDIBA		31/03/11	16.000	-	100,00	16.000	15.783	(217)
		31/03/10	1	-	100,00	16.000	15.916	(17)
AGUAS DA PEDRA	(9)	31/03/11	145.557	-	51,00	253.000	266.849	13.849
		31/03/10	145.557	-	51,00	253.000	248.749	(638)
TERMOAÇU	(1)	31/03/11	290.047	-	23,13	161.849	166.953	744
		31/03/10	290.047	-	23,93	161.849	166.208	460
GERAÇÃO CÉU AZUL		31/03/11	1	-	100,00	366	35	(331)
		31/03/10	1	-	100,00	366	47	(44)
NC ENERGIA		31/03/11	13.600	-	100,00	13.600	50.980	7.296
		31/03/10	13.600	-	100,00	13.600	44.348	10.071
NEOSERV	(2)	31/03/11	1	-	100,00	726	2.351	(155)
		31/03/10	1	-	100,00	726	4.951	862
GARTER		31/03/11	1	-	100,00	-	46	(74.992)
		31/03/10	1	-	100,00	-	48	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(4)	31/03/11	98.122	67.179	87,84	30.916	42.382	1.591
		31/03/10	98.122	67.179	87,84	30.916	40.791	1.419
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(5)	31/03/11	55.416	-	87,84	63.084	80.998	15.862
		31/03/10	55.417	-	87,84	63.084	78.904	6.126
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(12)	31/03/11	198.001	-	100,00	200.001	207.119	2.662
		31/03/10	-	-	-	-	-	-
NORTE ENERGIA	(12)	31/03/11	180.010	-	100,00	105.259	105.168	(91)
		31/03/10	-	-	-	-	-	-
ENERGYWORKS	(13)	31/03/11	214.479	-	100,00	117.964	133.169	15.205
		31/03/10	-	-	-	-	-	-
NEOINVEST		31/03/11	24.200	-	100,00	24.200	22.203	(1.997)
		31/03/10	1	-	100,00	16.900	16.897	-
TELES PIRES		31/03/11	1	-	100,00	-	-	-
		31/03/10	-	-	100,00	-	-	-

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(1) Termoaçu

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobrás. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobrás para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um Acordo de Cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do Acordo de Cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

O saldo do investimento líquido é composto como segue:

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Investimentos - ações	259.651	259.124
Ágio	31.738	31.738
(-) Provisão p/perda	(49.186)	(49.186)
Investimento líquido	242.203	241.676

A Administração, baseada no plano de negócios do projeto e considerando o atual estágio do processo arbitral, não prevê perdas adicionais às já registradas. No evento do resultado do procedimento arbitral ser desfavorável a Companhia, é provável que o valor recuperável do investimento seja reduzido.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(2) Neoenergia Serviços

Em 08 de novembro de 2001, a Companhia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA - NEOSERV. A Companhia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(3) Afluente Geração e Afluente Transmissão

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que anui com a versão patrimonial e conseqüentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. ("Imanisse"), ambas controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente ("Protocolo de Cisão"), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse.

Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente.

A cisão parcial da Afluente-G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente-T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(4) Baguari I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW e energia assegurada de 81,4 MW médios. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(5) Goiás Sul

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). A energia assegurada total é de 29,47 MW médios, sendo 17,09 MW médios para Goiandira e 12,37 MW médios para Nova Aurora. As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(6) Geração C III

A Geração C III S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW e energia assegurada de 50,9 MW médios. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(7) Energética Águas da Pedra (Dardanelos)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia, Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), ELETRONORTE, e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO) é responsável pela construção da UHE Dardanelos. Posteriormente, a Neoenergia assumiu a investimento da CNO, ampliando sua participação no Consórcio para 51%. A UHEencontra-se preparada para entrar em operação comercial e aguarda a linha de transmissão para conexão ao sistema interligado, que está estimada para ser finalizada em junho de 2011.

(8) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 75% e os 25% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., onde estão implantadas as Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A PCH Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(9) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério - BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia a partir de dezembro de 2009 para sustentar o lastro do início do período de suprimento, conforme contrato bilateral.

(10) Belo Monte Participações

A Neoenergia possui a participação de 100% da BELO MONTE PARTICIPAÇÕES. A BELO MONTE PARTICIPAÇÕES ingressou no Consórcio Norte Energia com a participação de 10%, para a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

(11) EnergyWorks

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda, que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks do Brasil Ltda foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.264, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 130.973. A Companhia está atualmente no período de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R), tendo contratado consultor externo para proceder essa análise. Preliminarmente, o excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado aos ativos intangíveis identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, vinculados aos contratos de geração e fornecimento de energia em estabelecimentos industriais. Assim, o valor justo preliminar da adquirida está como segue:

	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	**17.159**
Ativo Imobilizado	**94.461**
Ativo Intangível	**42.659**
Outros ativos	**14.002**
Passivo circulante	**(4.570)**
Passivo não circulante	**(1.447)**
	162.264

A Aquisição da controlada se coaduna com os objetivos estratégicos da Companhia de investir no segmento de geração de energia.

(12) Teles Pires

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio de mesmo nome, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA e terá potência instalada de 1.820 MW, o equivalente ao fornecimento de energia para cerca de cinco milhões de pessoas. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de Contratos de Comercialização de Energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

14. INVESTIMENTOS--Continuação

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

	Saldos em 31 de dezembro de 2010	Aumento de capital	Redução de Capital	Perda de Capital	Ajuste	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 31 de março de 2011
COELBA	2.544.266	-	-	-	6.212	156.169	(9.350)	(25.369)	2.671.929
CELPE	1.890.423	-	-	-	-	72.093	(10.453)	(20.092)	1.931.971
COSERN	812.653	-	-	-	1.634	29.766	(4.042)	(9.119)	830.892
TERMOPE	434.912	-	-	-	-	19.051	(1.257)	(6.073)	446.633
ITAPEBI	167.986	-	-	-	-	412	(706)	(2.117)	165.575
AFLUENTE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BAGUARI I	91.533	-	-	-	-	2.416	-	(580)	93.369
GOIAS SUL	101.772	-	-	-	-	2.658	-	-	104.430
TERMOAÇU	241.676	-	-	-	-	526	-	-	242.203
NEOSERV	50	-	-	-	-	(26)	-	-	24
GERAÇÃO CIII	129.623	-	-	-	-	4.052	-	-	133.675
RIO PCH I	91.839	-	-	-	-	3.039	-	-	94.876
AGUAS DA PEDRA	126.862	-	-	-	-	8.876	-	-	135.739
NC ENERGIA	44.348	-	-	-	-	7.293	-	(664)	50.977
BAHIA PCH I	56.234	-	-	-	-	2.443	-	-	58.676
SE NARANDIBA	15.916	-	-	-	-	(133)	-	-	15.783
GERAÇÃO CÉU AZUL	46	-	-	-	-	(12)	-	-	34
NEOINVEST	22.104	-	-	-	-	99	-	-	22.203
GARTER	50	-	-	-	-	-	-	-	50
PCH ALTO RIO GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO	35.832	-	-	-	-	1.400	-	-	37.230
AFLUENTE TRANSMISSÃO	69.312	-	-	-	-	4.056	-	-	73.368
BELO MONTE PART.	202.412	-	-	-	-	2.851	-	-	205.263
ENERGYWORKS	-	162.264	-	-	-	-	-	-	162.264
TOTAL	**7.079.849**	**162.264**	**-**	**-**	**7.846**	**317.029**	**(25.808)**	**(64.014)**	**7.477.164**

15. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	31/3/2011					31/12/2010
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						Reclassificado
Terrenos		69.778	-	-	69.778	57.094
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	4,00%	1.555.938	(176.175)	-	1.379.763	1.042.492
Máquinas e Equipamentos	4,68%	1.342.394	(333.134)	-	1.009.260	863.638
Veículos	20,08%	1.931	(773)	-	1.158	810
Móveis e Utensílios	9,42%	5.853	(2.687)	-	3.166	3.896
Outros		62.621	(24.429)	-	38.192	24.627
Subtotal		3.038.515	(537.198)	-	2.501.317	1.992.557
Em curso						
Terrenos		14.533	-	-	14.533	19.950
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		422.331	-	-	422.331	606.718
Máquinas e Equipamentos		369.570	-	-	369.570	438.920
Veículos		220	-	-	220	168
Móveis e Utensílios		537	-	-	537	65
Material em Depósito		21.290	-	-	21.290	21.290
Outros		342.831	-	-	342.831	552.454
Subtotal		1.171.312	-	-	1.171.312	1.639.565
Total		4.209.827	(537.198)	-	3.672.629	3.632.122

De acordo com os artigos nº s 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

15. IMOBILIZADO -- Continuação

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.480.242	(487.686)	-	1.992.556	1.639.567	-	1.639.565	3.632.121
Adições	204.422	(95.087)	-	109.335	39.344	-	39.344	148.679
Baixas	(2.230)	-	-	(2.230)	-	-	-	(2.230)
Amortização	-	(25.659)	-	(25.659)	116	-	116	(25.543)
Transferências	356.081	71.234	-	427.315	(507.715)	-	(507.713)	(80.398)
Saldo em 31 de março de 2011	3.038.515	(537.198)	-	2.501.317	1.171.312	-	1.171.312	3.672.629

16. INTANGÍVEL

O ativo intangível está constituído por: (i) direitos de uso da infra-estrutura construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público, (ii) ágio atribuído à concessão e (iii) outros formado essencialmente por direitos de uso de software.

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.856.739	(916.190)	(349.642)	5.590.908	644.686	(3.835)	640.851	6.231.759
Adições	12.013	(22)	(1)	11.990	333.187	(15.156)	318.031	330.020
Baixas	(369)	-	2.022	1.653	(1.675)	1	(1.674)	(22)
Amortização	-	(135.201)	29.021	(106.180)	-	-	-	(106.180)
Transferências	145.738	(44.217)	(42.323)	59.198	(35.500)	24.310	(11.190)	48.008
Saldo em 31 de Março de 2011	7.014.121	(1.095.630)	(360.924)	5.557.568	940.698	5.320	946.017	6.503.585

16. INTANGÍVEL--Continuação

(a) Direito de uso da infra-estrutura

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da COELBA, CELPE e COSERN entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro - ativo indenizável - concessão (Vide nota explicativa nº 12).

(b) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média de 4,91%, 4,08% e 5,31% na COELBA, CELPE e COSERN, respectivamente, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica (na COELBA e COSERN, a partir de abril de 2008 e na CELPE, a partir de abril de 2009).

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

16. INTANGÍVEL--Continuação

(c) Análise do valor de recuperação dos ativos

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e

- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

17. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	Consolidado	
Fornecedores	31/03/11	31/12/10 Reclassificado
Energia Elétrica:		
Terceiros	349.435	351.526
Subtotal	349.435	351.526
Encargos de Uso da Rede	64.029	62.777
Materiais e Serviços	219.569	234.521
Energia Livre	95.584	123.218
Total	728.617	772.042
Circulante	715.693	759.320
Não Circulante	12.924	12.722

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

			Consolidado					
			Encargos		Principal		Total	
Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	31/03/11	31/12/10 Reclassificado
Moeda nacional								
Banco do Nordeste		10% a.a.	8	-	10.923	18.205	29.136	31.928
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - Banco do Nordeste			8	-	10.923	18.205	29.136	31.928
BNB	(5)	10% a 10,50% a.a. / TJLP +	1.078	-	77.364	299.966	378.408	352.111
(-) Custos de transação		3,21% a.a.	-	-	(1.319)	(3.852)	(5.171)	(5.506)
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNB			1.078	-	76.045	296.114	373.237	346.605
BNB 6		10% a 10,11% a.a.	164	-	20.163	114.259	134.586	134.521
(-) Custos de transação			-	-	(161)	(310)	(471)	(513)
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNB 6			164	-	20.002	113.949	134.115	134.008
BNDES	(1)	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL +	4.033	-	151.056	1.293.484	1.448.573	1.459.593
(-) Custos de transação		2,12% a 3,12% a.a.	(650)	(2.150)	-	97	(2.703)	5.429
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNDES			3.383	(2.150)	151.056	1.293.581	1.445.870	1.465.022
BNDES FINEM		2,12% a 8,06% a.a. / TJLP +	1.508	-	142.515	280.754	424.777	505.874
(-) Custos de transação		3,12% a 4,30% a.a.	143	-	7.758	34.931	42.832	(139)
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNDES FINEM			1.651	-	150.273	315.685	467.609	505.735
Eletrobrás	(6)	5% a 5,45% a.a.	-	-	54.015	231.671	285.686	299.944
(-) Custos de transação			-	-	(149)	(604)	(753)	(792)
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - Eletrobrás			-	-	53.866	231.067	284.933	299.152
FINEP	(2)		234	-	11.831	86.095	98.160	95.754
(-) Custos de transação			-	-	(195)	(528)	(723)	(739)
Operações com Swap		TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a	-	-	-	-	-	-
Subtotal - FINEP		5,27% a.a.	234	-	11.636	85.567	97.437	95.015
BNP Paribas	(7)		-	-	-	-	-	18.017
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - BNP Paribas			-	-	-	-	-	18.017
Banco do Brasil	(3)	12,15% a 15,6% a.a. / CDI +	22.605	19.622	-	891.583	933.810	864.524
(-) Custos de transação		1% a.a.	-	-	(4.124)	(9.408)	(13.532)	(14.434)
Operações com Swap			-	-	-	1.480	1.480	(14.633)
Subtotal - Banco do Brasil			22.605	19.622	(4.124)	883.655	921.758	835.457
Outros		2% a.a. / 5,5% a.a.	-	-	16	47	63	69
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-
Operações com Swap			-	-	-	-	-	-
Subtotal - Outros			-	-	16	47	63	69
Total moeda nacional			**29.123**	**17.472**	**469.693**	**3.237.870**	**3.754.158**	**3.731.008**
Moeda estrangeira								
Banco Interamericano Desenvolvimento – BID		VC + 3% a.a.	-	-	-	-	-	1.216
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-
Operações com Swap			-	-	-	-	-	1.168
Subtotal - Banco Interamericano Desenvolvimento – BID			-	-	-	-	-	2.384
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW		2% a.a. / 4,5% a.a.	86	-	1.164	5.906	7.156	6.916
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-
Operações com Swap			-	-	309	307	616	670
Subtotal - Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW			86	-	1.473	6.213	7.772	7.586
Safra Cayman			527	-	139.406	-	139.933	-
(-) Custos de transação							-	
Operações com Swap			-	-	5.974	-	5.974	-
Subtotal - Safra Cayman			527	-	145.380	-	145.907	-
Títulos Externos	(4)	Libor + 1,87% a.a.	1.424	-	4.136	235.061	240.621	234.452
(-) Custos de transação			-	-	-	-	-	-
Operações com Swap			-	-	44.735	24.334	69.069	60.526
Subtotal - Títulos Externos			1.424	-	48.871	259.395	309.690	294.978
Total moeda estrangeira			**2.037**	**-**	**195.724**	**265.608**	**463.369**	**304.948**
Total			**31.160**	**17.472**	**665.417**	**3.503.478**	**4.217.527**	**4.035.956**

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS--Continuação

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos:

Coelba

Banco do Nordeste do Brasil – BNB, captação da 3ª parcela no montante de R$ 40.590 para financiamento dos investimentos em 2011, proveniente do Contrato de Abertura de Crédito no valor de R$ 284.132, assinado em setembro de 2010, com prazo de 8 anos, a ser amortizado em 72 parcelas mensais a partir de outubro de 2012, com custo de 10% a.a. e juros pagos trimestralmente durante a carência e mensalmente após a carência. Foram dadas como garantia a este financiamento a centralização de recebíveis, fundo de liquidez e aval da Neoenergia.

Celpe

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: A Companhia recebeu R$ 2.947 da FINEP para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do Contrato de Financiamento assinado em Outubro de 2009. O contrato tem vencimento em fevereiro de 2018, será amortizado em 80 parcelas mensais a partir de junho de 2011, com custo de TJLP - 6% + 5% a.a. e juros pagos semestralmente.

Banco do Brasil – BB: A Companhia recebeu R$ 75.000 do BB referente a uma linha de crédito rural do Banco, com vencimento em janeiro de 2014, amortização em uma única parcela ao final do contrato, com custo de 98,5% do CDI e juros pagos mensalmente.

Banco Safra – A Companhia recebeu R$ 143.000 referentes a operações de curto prazo para cobertura de caixa com o Banco Safra, sendo a primeira no montante de R$ 18.000, vencimento em 04 de abril de 2011 e custo de 107,5% do CDI e a segunda operação no valor de R$ 125.000, vencimento em 27 de abril de 2011 e custo de 106,5% do CDI. Ambos com prazo de 3 meses, juros pagos mensalmente e amortização em parcela única no vencimento.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS--Continuação

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os Títulos Externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Nas informações trimestrais de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	31/03/11			31/12/10		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2011	-	-	-	-	-	-
2012	452.805	(4.410)	448.395	571.412	5.645	577.057
2013	370.330	(4.962)	365.368	355.689	(5.172)	350.517
2014	869.468	(4.479)	864.989	784.911	(4.313)	780.598
2015	771.795	(2.187)	769.608	750.710	(2.022)	748.688
Após 2015	1.073.475	(885)	1.072.590	1.034.653	(881)	1.033.772
Total	3.537.873	(16.923)	3.520.950	3.497.375	(6.743)	3.490.632

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	494.735	3.235.936	50.589	254.696	4.035.956
Ingressos	1.208	134.912	142.664	-	278.784
Encargos	67.558	12.787	2.071	-	82.416
Variação monetária e cambial	-	1	(3.580)	(5.510)	(9.089)
Swap	-	(850)	14.980	3.901	18.031
Efeito cumulativo marcação a mercado	209	(421)	(2.173)	8.140	5.755
Transferências	120.003	(120.002)	(4.381)	4.381	1
Amortizações e pagamentos de juros	(186.852)	(6.240)	(2.409)	-	(195.501)
(-) Custos de Transação	1.956	(780)	-	-	1.176
Saldos em 31 de março de 2011	498.817	3.255.343	197.761	265.608	4.217.529

19. DEBÊNTURES E ENCARGOS

Para a 3ª Emissão de debêntures nas empresas Coelba e Celpe foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							31/03/11				31/12/10
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures	Série	Quantidade de Títulos Emitidos	Remuneração	Taxa Efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.			262	5.668	8.944	14.874	20.798
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(283)
	Operações com swap						-	14.604	23.839	38.443	48.617
	Subtotal - 3ª Emissão				11,62%	IGPM + 13,95% a.a.	262	20.272	32.783	53.317	69.132
	5ª Emissão	2ª		IGPM + 10,8% a.a.			18.488	100.000	-	118.488	112.793
	(-) Custos de transação						-	(32)	-	(32)	(77)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 5ª Emissão				10,90%	Não aplicável.	18.488	99.968	-	118.456	112.716
	6ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a.			11.822	78.641	235.959	326.422	317.554
	(-) Custos de transação						-	(503)	(599)	(1.102)	(1.247)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 6ª Emissão				11,52%	Não aplicável.	11.822	78.138	235.360	325.320	316.307
	7ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a.			2.574	-	80.000	82.574	80.309
	(-) Custos de transação						-	(92)	(72)	(164)	-
	Operações com swap				-		-	-	-	-	-
	Subtotal - 7ª Emissão						2.574	(92)	79.928	82.410	80.309
CELPE	2ª Emissão	1ª		108,5% do CDI			4.580	97.959	146.939	249.478	299.300
	(-) Custos de transação						-	(998)	(603)	(1.601)	(1.918)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª Emissão				15,27%		4.580	96.961	146.336	247.877	297.382
	2ª Emissão	2ª		Variação IGPM + 10,95%			2.939	41.230	-	44.169	42.033
	(-) Custos de transação						-	(11)	-	(11)	(18)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª Emissão				18,62%	0	2.939	41.219	-	44.158	42.015
	3ª Emissão	Única		105% do CDI			626	85.000	85.000	170.626	170.646
	(-) Custos de transação						-	(152)	(50)	(202)	(253)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 3ª Emissão				13,67%		626	84.848	84.950	170.424	170.393
COSERN	4ª Emissão	Única		CDI + 0,6% a.a			5.465	36.351	109.072	150.888	146.790
	(-) Custos de transação						-	(334)	(451)	(785)	(881)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 4ª Emissão				11,50%	Não aplicável	5.465	36.017	108.621	150.103	145.909
TERMOPE	2ª emissão	1ª		105% CDI a.a	CDI + 0,50% a.a.		2.715	78.000	292.000	372.715	390.788
	(-) Custos de transação						-	(428)	(1.077)	(1.505)	(1.507)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª emissão					Não aplicável	2.715	77.572	290.923	371.210	389.281
ITAPEBI	2ª Emissão	1ª		IGPM+9,5%	IGPM + 9,71% a.a.		4.191	25.079	28.643	57.913	55.447
	(-) Custos de transação						-	(83)	(14)	(97)	-
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª Emissão					Não aplicável	4.191	24.996	28.629	57.816	55.447
	2ª Emissão	2ª		IGPM+9,5%	IGPM + 9,70% a.a.		1.644	25.599	27.926	55.169	52.580
	(-) Custos de transação						-	(79)	(56)	(136)	(272)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
	Subtotal - 2ª Emissão					Não aplicável	1.644	25.520	27.870	55.033	52.308
Total							55.306	585.419	1.035.400	1.676.124	1.731.199

19. DEBÊNTURES E ENCARGOS--Continuação

a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas informações trimestrais de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

b) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado			
	31/03/11			31/12/10
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Total Líquido
2012	378.660	(1.219)	377.440	465.190
2013	417.689	(1.121)	416.569	415.580
2014	241.974	(583)	241.391	240.866
Total	1.038.323	(2.923)	1.035.400	1.121.636

c) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	609.563	1.121.636	1.731.199
Ingressos	-	-	-
Encargos	44.850	-	44.850
Variação monetária e cambial	4.877	1.137	6.014
Swap	1.172	2.118	3.290
Efeito cumulativo marcação a mercado	25	(112)	(87)
Transferências	89.534	(89.534)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(109.886)	-	(109.887)
(-) Custos de transação	645	100	745
Saldos em 31 de março de 2011	640.780	1.035.345	1.676.124

20. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Salários	3.296	10.257
Encargos sociais	7.596	6.982
Provisões Férias e 13° salário	31.254	24.228
Encargos Sobre Provisões de Férias e 13° salário	6.525	6.144
Provisão PLR	44.381	19.960
Outros	704	2.282
Total	93.756	69.853

21. TAXAS REGULAMENTARES

		Consolidado	
	Ref.	31/03/11	31/12/10
Reserva Global de Reversão – RGR		22.125	17.467
Conta de Consumo de Combustível – CCC		35.577	31.934
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		5.641	5.317
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.141	4.496
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		1.193	1.983
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	93.776	88.264
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	80.714	76.507
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.564	1.492
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		1.115	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS		10.787	12.482
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		419	605
Total		257.052	240.547
Passivo Circulante		163.092	152.702
Passivo Não Circulante		93.960	87.845

(a) As controladas Coelba, Celpe e Cosern reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética - PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subseqüente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008.

22. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2011	31/12/2010	31/3/2011	31/12/2010
Circulante				
Imposto de Renda - IR	14.352	11.161	43.556	25.628
Contribuição Social - CSLL	292	-	29.120	17.541
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	2	2	154.526	160.065
Programa de Integração Social - PIS	10.281	10.030	23.255	23.087
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	77.023	75.356	135.630	134.877
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	866	749	9.076	8.716
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	23	21	1.935	2.113
IOF	120	120	120	120
Imposto sobre Serviços - ISS	19	-	4.421	4.686
Outros	15	66	10.400	15.259
	102.993	97.505	412.039	392.092
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	6.332	5.033
Contribuição Social - CSLL	-	-	-	1.283
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	4.058	4.058
Programa de Integração Social - PIS	-	-	1.040	1.026
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	396	391
	-	-	11.826	11.791
Total	102.993	97.505	423.865	403.883

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 24 de março de 2011, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio, referente ao primeiro trimestre de 2011, da seguinte forma:

			Valor por ação		
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2011					
RCA de 31 de março de 2011	JSCP	136.000	23,2453361	N/A	N/A

A formação dos saldos é como segue:

	Controladora
Saldos em 31 de dezembro de 2010	100.055
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:	
Declarados	136.000
Pagos no período	(113.465)
Saldos em 31 de março de 2011	122.590

24. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	98.396	79.757	9.059	19.562	206.774
Constituição	13.346	9.036	720	187	23.289
Baixas/reversao	(7.894)	(10.173)	(717)	-	(18.784)
Remuneração	3.040	3.055	176	-	6.271
Saldos em 31 de março de 2011	106.888	81.675	9.238	19.749	217.550

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência Trabalhista	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/03/11	Valor Provisionado 31/12/10
Ex-empregados da Companhia		39.711	1ª, 2ª e 3ª	Provável	40.969	34.983
		189.163	1ª, 2ª e 3ª	Possível	2.619	-
		33.390	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras		48.488	1ª, 2ª e 3ª	Provável	48.488	45.036
		145.611	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		72.044	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		14.813	1ª, 2ª e 3ª	Provável	14.812	18.377
		62.860	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.458	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		612.538			106.888	98.396

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

24. PROVISÕES -- Continuação

Cíveis

Referem-se à ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência Cível	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/03/11	Valor Provisionado 31/12/10
Clientes – Tarifas Plano Cruzado		18.963	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18.963	20.178
		3.824	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.108	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas		35.171	1ª, 2ª e 3ª	Provável	35.171	34.275
		449.212	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8.954	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho		8.956	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.956	8.528
		55.415	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.757	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. Energia e produtos		3.969	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.969	3.294
		44.177	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.220	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		8.526	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.526	7.240
		64.365	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.012	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		13	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13	13
		4.973	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		75	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		4.429	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.341	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		4	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		2.402	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.402	2.311
		1	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Racionamento de Energia Elertrica		13	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13	13
		1.753	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras		3.662	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.662	3.905
		59.120	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.160	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		798.583			81.675	79.757

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

24. PROVISÕES--Continuação

Cíveis--Continuação

Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por Perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

Comercialização de Energia, Serviços e Produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se a ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais -- Continuação

Contingência Fiscal	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/03/11	Valor Provisionado 31/12/10
ICMS		835	1ª, 2ª e 3ª	Provável	835	125
		112.199	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS		2.685	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.348	2.308
		59.822	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.716	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		2.747	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.229	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL		1.952	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	184
		40.162	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		25.965	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU		3	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3	3
		2.770	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.502	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		15.874	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		142.065	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.511	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
COFINS		3.787	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	371
		12.750	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15.420	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ		5.890	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	490
		726.449	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		73.452	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS		4.492	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.492	4.399
		9.819	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		1.539	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		246	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	-
		4.462	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		400	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Taxas Diversas		8.925	Administrativa	Possível	-	-
		3.941	Administrativa	Remota	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE		64.383	Judicial	Possível	-	-
Outras		515	1ª, 2ª e 3ª	Provável	515	1.180
		52.434	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.483	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		1.411.439			9.238	9.060

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos. Na Celpe refere-se a autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções. Na controlada Coelba, refere-se aos Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício. Além do Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

ISS - A controlada Coelba apresentou impugnação aos autos de infração, e constituiu a provisão contábil dos processos em que não existem jurisprudências favoráveis à tese. Os processos que existem jurisprudências favoráveis estão classificadas como possíveis e não houve constituição de provisão. Na controlada Celpe, refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na controlada Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

CPMF - Na controlada Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A controlada procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A controlada impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

CSLL - Na controlada Coelba, refere-se ao auto de infração do ano calendário 2003, em virtude da exclusão da depreciação dos ativos imobilizados majorados pela correção monetária complementar (IPC/BTNF), adicionada indevidamente em anos anteriores na base de cálculo da CSLL. A controlada Coelba entende ser indevida a sanção realizada pelo Fisco Federal, por isso, apresentou impugnação administrativa.

IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

REFIS - Referente ao parcelamento alternativo REFIS, na controlada Coelba, com vigência de cinco anos e que teve a última parcela paga em março de 2005. Entretanto, a Receita Federal alega que existe uma diferença entre o valor do débito consolidado e o declarado pela controlada, correspondente às multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL que estavam com a exigibilidade suspensa. A controlada impetrou Ação Anulatória com pedido de Antecipação de Tutela, com objetivo de extinguir o saldo devedor exigido e a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Porém, o pleito foi indeferido pelo juízo de primeiro grau ensejando recurso à instância superior, no qual a controlada obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até que haja o julgamento do mérito da ação. Em dezembro de 2009, o juízo do primeiro grau proferiu sentença, acolhendo parcialmente o pedido da controlada. Em decorrência foi interposto o recurso de Apelação para o Tribunal Regional Federal. Concomitantemente, foi proposta e deferida pelo TRF, medida cautelar visando à manutenção da suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

PIS/COFINS - Corresponde a Autos de Infração contra a controlada Coelba, lavrado pela Receita Federal, argüindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9.718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal.

COFINS - Refere-se ao processo judicial argüindo pela Cosern a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável à tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a controlada protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

IRPJ - Refere-se a autos de infração contra a Celpe, nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. O incremento ocorrido no trimestre refere-se à constituição de provisão relativa a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os juros e multa de mora para o qual obtivemos decisão liminar nos autos do Mandado de Segurança n.º 0000050-30.2010.4.05.8300. Na controlada Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na controlada Coelba, referem-se a notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD lavradas pelo INSS, referentes aos exercícios de 1998 e 1999, sob a alegação de que a controlada não apresentou os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que lhes prestou serviços. A controlada apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito só pode ocorrer após a constatação de descumprimento da obrigação pelo devedor principal, mas, como em alguns processos não possui em arquivo a documentação comprobatória exigida pelo INSS, conservadoramente, realizou a provisão dos respectivos valores. Em relação aos processos que a controlada possui a documentação suporte exigida pelo FISCO, não houve constituição de provisão.

ITD - Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária a incidência do referido imposto sobre essas operações.

CIDE - Auto de infração pela falta de recolhimento. Na controlada Coelba, refere-se ao auto de infração lavrados pela Receita Federal argüindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE, A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

24. PROVISÕES--Continuação

Fiscais--Continuação

Taxas diversas - Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

Incentivo Fiscal Sudene - Mandado de segurança impetrado pela controlada Coelba contra solução de consulta emitida pela Receita Federal, que contraria o procedimento adotado para apurar o incentivo fiscal SUDENE, o qual consiste na exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração. A divergência abarca os fatos geradores de 2003 a agosto de 2010. Em virtude do risco de ocorrer o lançamento de ofício, a Companhia resolveu efetuar o depósito judicial do montante integral do tributo objeto da divergência e dessa forma, garantir a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Atualmente o processo está sob análise do Tribunal Regional Federal - 1ª Região.

Outras - Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na controlada Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência Ambiental	Ref.	Valor Atualizado	Instância	Expectativa de Perda	Valor Provisionado 31/03/11	Valor Provisionado 31/12/10
		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19.749	19.562
Licença Ambiental		-	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		-	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		-			19.749	19.562

A Controlada Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação do empreendimento denominado Usina Hidrelétrica de Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos, regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

24. PROVISÕES--Continuação

Ambiental--Continuação

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a controlada ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 12.868 e encontra-se registrado contabilmente.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Consolidado	
	Ref	31/03/11	31/12/10
Consumidores	(1)	58.754	50.889
Empregados - Adiantamento Acordo Coletivo		8	4
Plano de Saúde (Fundo de Reserva)	(2)	10.705	11.580
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		556	9.750
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		293	304
Suprimento de Energia		-	-
Convênios		1.859	1.762
Caução em Garantia	(3)	63.968	61.964
FGTS Conta Empresa		336	336
Encargos CBEE		2.250	2.553
Taxa Iluminação Pública - TIP	(4)	13.633	8.410
Adiantamentos recebidos		46.394	31.819
Uso do bem público		22.480	22.253
Entidade de previdência privada		4.847	5.406
Outras		30.902	49.942
Total		**256.985**	**256.972**
Circulante		221.726	228.285
Passivo Não Circulante		35.259	28.687

(1) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

25. OUTRAS CONTAS A PAGAR -- Continuação

(2) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(3) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas clausulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(4) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2010, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
521 Participações S A	1.048.751	17,93%
BB - Banco de Investimentos S A	515.362	8,81%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price	185.965	3,18%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price II	193.556	3,31%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	323.858	5,54%
Total	5.850.636	100,00%

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação

Capital social -- Continuação

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
521 Participações S A	849.490	17,93%
BB - Banco de Investimentos S A	417.444	8,81%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price	150.632	3,18%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price II	156.780	3,31%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	262.326	5,54%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do trimestre, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- Continuação

Reserva de lucro -- Continuação

Reserva de incentivo fiscal -- Continuação

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0155/2005	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0148/2005	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A COELBA, CELPE, COSERN, e TERMOPERNAMBUCO apuraram, respectivamente no trimestre findo em 31 de março de 2011, os valores de R$ 35.872, R$ 10.121, R$ 858 e R$ 3.157 (R$ 148.248, R$ 65.521, R$ 41.656, e R$ 9.816 em 31 de dezembro de 2010 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, a ITAPEBI apurou prejuízo fiscal no trimestre findo em 31 de março de 2011 e por isso não constituiu incentivo fiscal SUDENE (R$ 27.632 em 31 de dezembro de 2010), calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme descrito na nota 4, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO --Continuação

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Em 31 de março de 2011, a Neoenegia S.A. mantém em seu patrimônio líquido Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R$ 5.230.982 (R$ 5.230.982 em 31 de dezembro de 2010) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A, visando a realização de investimentos futuros.

Conforme determina o artigo nº 199 da Lei das S.A. a Companhia irá encaminhar para deliberação de Assembléia de acionista a destinação do excedente da reserva de retenção de lucros sobre o capital social, ultrapassado no último exercício social.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

27. RECEITA BRUTA

		Consolidado	
	Ref.	31/3/2011	31/3/2010
Fornecimento de Energia	**(a)**	**1.055.695**	**1.245.022**
Receita de operação e manutenção		1.030.140	1.225.560
Remuneração financeira wacc		25.555	19.462
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	36.220	(8.626)
Disponibilização do Sistema de Transmissão	**(c)**	**1.729.928**	**1.518.618**
Receita de operação e manutenção		1.723.065	1.512.969
Remuneração financeira wacc		6.863	5.649
Receita de Construção		322.261	192.857
Outras Receitas	(d)	33.708	34.892
Total		3.177.812	2.982.763

27. RECEITA BRUTA--Continuação

(a) Fornecimento de energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Consumidores:						
Residencial	8.000.324	7.636.469	2.782.308	2.645.834	1.067.447	1.023.435
Industrial	39.778	39.859	1.512.918	1.494.318	430.071	424.902
Comercial	582.216	565.136	1.801.883	1.434.942	632.063	610.777
Rural	442.421	433.851	421.633	443.526	91.770	88.943
Poder Público	79.256	76.161	344.910	331.944	138.350	132.107
Iluminação Pública	26.235	25.553	341.579	311.061	70.720	65.240
Serviço Público	12.508	10.710	399.688	391.762	97.874	99.757
Consumo Próprio	670	691	8.217	7.534	-	-
Suprimento	139	185	1.862.215	1.784.213	84.334	113.651
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(1.406)	7.698
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(1.657.533)	(1.453.559)
Subtotal	9.183.547	8.788.615	9.475.351	8.845.134	953.690	1.112.951
Acordo Geral do Setor Elétrico	-	-	-	-	-	-
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	102.005	132.071
Total	9.183.547	8.788.615	9.475.351	8.845.134	1.055.695	1.245.022

(*) Informações não auditadas.

(b) Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

27. RECEITA BRUTA--Continuação

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	31/03/11	31/03/10
Tarifa de Uso do Sistema Elétrico de Distribuição		25.245	22.788
Receita de Uso da Rede Básica / Sistema de Conexão		47.150	42.271
Parcela de Ajuste - Revisão Tarifária da Transmissão		-	-
Componentes Financeiros		-	-
Transfer. Atividade de Comercialização (Consumidores Cativos) (a)		1.657.533	1.453.559
Total		1.729.928	1.518.618

(a) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "tusd média" calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado	
	31/03/11	31/03/10
Renda da prestação de serviços	3.953	6.463
Arrendamentos e Aluguéis	11.343	9.269
Serviço taxado	2.720	2.615
Administração de faturas de fraudes	5.628	6.424
Outras receitas	10.063	10.121
Saldos em 31 de março de 2011	33.708	34.892

28. DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA

	Controladora		Consolidado	
Deduções da Receita Bruta	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Impostos:				
ICMS	-	-	(554.970)	(531.167)
PIS	-	(9)	(50.020)	(48.567)
COFINS	-	(44)	(230.520)	(223.536)
ISS	-	-	(1.404)	(1.044)
Encargos Setoriais:			-	-
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	-	(23.898)	(22.822)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(17.002)	(14.993)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	-	(90.897)	(63.997)
Programa de Eficientização Energética - PEE	-	-	(8.959)	(20.194)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	(3.578)	(3.516)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	-	-	(1.788)	(1.757)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	(6.276)	(13.434)
Encargos do Consumidor - PROINFA	-	-	(1.300)	(598)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	-	(5.366)	-
Encargos - CBEE	-	-	-	-
Outros	-	-	(2)	(277)
Total	-	(53)	(995.980)	(945.902)

29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		Consolidado				
		31/03/11				31/03/10
Custos / Despesas	Ref.	Custos de Bens e Serviços Vendidos	Despesas com vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal		(46.996)	(23.193)	(48.006)	(118.195)	(107.341)
Administradores		-	-	(1.848)	(1.848)	(5.934)
Entidade de previdência privada		(2.106)	(849)	(2.196)	(5.151)	(7.676)
Material		(5.453)	(450)	(735)	(6.638)	(6.640)
Combustível para produção de energia		(29.172)	-	-	(29.172)	(5.121)
Serviços de terceiros		(50.844)	(43.640)	(35.595)	(130.079)	(127.468)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE		263	(1.155)	-	(892)	(4.499)
Outorga da concessão pela utilização do bem público		(81)	-	-	(81)	(616)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos		(1.874)	-	-	(1.874)	(236)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH		(868)	-	-	(868)	(2.023)
Energia elétrica comprada para revenda		(747.433)	-	-	(747.433)	(654.981)
Encargos de uso do sistema transmissão		(123.603)	-	-	(123.603)	(123.388)
Depreciação e amortização		(100.644)	(16.790)	(11.806)	(129.240)	(104.641)
Arrendamentos e alugueis		(1.135)	(196)	(1.476)	(2.807)	(2.144)
Tributos		(637)	(326)	(1.463)	(2.426)	(4.035)
Provisões Líquidas - PCLD		(7.290)	(13.631)	(1.544)	(22.465)	(15.087)
Provisões Líquidas - Contingências		-	-	(2.652)	(2.652)	(3.937)
Provisões atuariais		-	-	-	-	-
Custo de construção		(322.261)	-	-	(322.261)	(192.857)
Alienação / Desativação de bens e direitos		-	1	(1.399)	(1.398)	-
Outros		(3.601)	(2.561)	(13.301)	(19.463)	(21.313)
Total custos / despesas		(1.443.735)	(102.790)	(122.021)	(1.668.546)	(1.389.937)

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado	
Receita Financeira	31/03/11	31/03/10
Renda de aplicações financeiras	103.681	66.076
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	28.796	30.586
Variação monetária	35.584	13.062
Variação cambial	10.758	16.127
Operações Swap	8.031	27.940
Outras receitas financeiras	15.044	18.566
Total	201.894	172.357

	Consolidado	
Despesa Financeira	31/03/11	31/03/10
Encargos de dívida	(100.060)	(71.119)
Variação monetária	(51.973)	(27.378)
Variação cambial	(2.178)	(22.965)
Operações Swap	(24.145)	(28.230)
Outras despesas financeiras	(43.874)	(20.906)
Total	(222.230)	(170.598)

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS – Continuação

			Controladora					
			31/03/11			31/12/10		31/03/10
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA	(1)	AFAC	1.694	-	-	1.694	-	-
		Dividendos e JSCP	25.001	-	-	23.570	-	-
		Outros	78	-	-	11	-	-
		Total Coelba	26.773	-	-	25.275	-	-
CELPE		Dividendos e JSCP	20.084	-	-	18.992	-	-
		Total Celpe	20.084	-	-	18.992	-	-
COSERN		Dividendos e JSCP	9.111	-	-	7.409	-	-
		Total Cosern	9.111	-	-	7.409	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos e JSCP	6.073	-	-	5.636	-	-
		Outros	2	1	-	2	-	-
		Total Termopernambuco	6.075	1	-	5.638	-	-
ITAPEBI		Dividendos e JSCP	11.363	-	-	9.246	-	-
		Outros	2	-	-	2	-	-
		Total Itapebi	11.365	-	-	9.248	-	-
GERAÇÃO CIII		AFAC	4.770	-	-	4.770	-	-
		Contrato de Mutuo	14.114	-	-	13.778	-	-
		Dividendos e JSCP	2.339	-	-	2.339	-	-
		Outros	13	-	-	13	-	-
		Total Geração CIII	21.236	-	-	20.901	-	-
NC ENERGIA		Dividendos e JSCP	10.659	-	-	10.239	-	-
		Outros	4	-	-	4	-	-
		Total NC Energia	10.663	-	-	10.243	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		AFAC	1.832	-	-	1.587	-	-
		Dividendos e JSCP	23	-	-	23	-	-
		Total Neoenergia Seviços	1.855	-	-	1.610	-	-
GARTER		AFAC	2	-	-	2	-	-
		Total Garter	2	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos e JSCP	1.370	-	-	1.370	-	-
		Outros	6	-	-	6	-	-
		Total Baguari	1.376	-	-	1.376	-	-
BAHIA PCH I	(1)	AFAC	41.893	-	-	41.893	-	-
		Dividendos e JSCP	2.951	-	-	2.951	-	-
		Outros	1	-	-	1	-	-
		Total Bahia PCH I	44.845	-	-	61.623	-	-
BAHIA PCH II	(1)	AFAC	878	-	-	878	-	-
		Outros	8	-	-	8	-	-
		Total Bahia PCH II	886	-	-	886	-	-
BAHIA PCH III		Outros	2	-	-	2	-	-
		Total Bahia PCH III	2	-	-	2	-	-
RIO PCH I		Dividendos e JSCP	102	-	-	102	-	-
		Outros	10	-	-	10	-	-
		Total Rio PCH I	112	-	-	112	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS		Outros	96	-	-	96	-	-
		Total Neoinvest	96	-	-	96	-	-
GOIAS SUL		AFAC	78.353	-	-	73.618	-	-
		Outros	5	-	-	5	-	-
		Total Goiás Sul	78.358	-	-	73.622	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL		AFAC	4.665	-	-	3.825	-	-
		Outros	139	-	-	139	-	-
		Total Geração Ceu Azul	4.804	-	-	3.964	-	-
SE NARANDIBA		Outros	2	-	-	2	-	-
		Total SE Narandiba	2	-	-	2	-	-
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Outros	2	-	-	2	-	-
		Total Alto do Rio Grande	2	-	-	2	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos e JSCP	2.033	-	-	2.023	-	-
		Outros	5	-	-	5	-	-
		Total Afluente Geração	2.038	-	-	2.028	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos e JSCP	4.032	-	-	4.032	-	-
		Total Afluente Transmissão	4.032	-	-	4.032	-	-
BOLZANO PARTICIPAÇÕES		Dividendos e JSCP	1.374	-	-	1.374	-	-
		Outros	584	-	-	584	-	-
		Total Belo Monte Part.	1.958	-	-	1.957	-	-
TELES PIRES		AFAC	20.192					
		Total Belo Monte Part.	20.192	-	-	-	-	-

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS— Continuação

			Consolidado					
			31/03/11			31/12/10		31/03/10
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Iberdrola Energia S.A		Dividendos e JSCP		52.886			36.797	
		Seviços Prestados			(2.996)		-	(4.945)
		Outras		162.267				
		Total Iberdrola Energia S.A.	-	215.153	(2.996)	-	36.797	(4.945)
521 Participações S.A.		Dividendos e JSCP		20.722			16.913	
		Outras					135	
		Total 521 Participações	-	20.722	-	-	17.048	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos e JSCP		36.010			24.690	
		Total Previ / Banco do Brasil	-	36.010	-	-	24.690	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Dividendos e JSCP		10.183			8.311	
		Total Iberdrola Energia do Brasil	-	10.183	-	-	8.311	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Dividendos e JSCP		4.323			7.200	(27.523)
		Total BB Ações Price	-	4.323	-	-	7.200	(27.523)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Carteira Livre I		Dividendos e JSCP		7.258			6.144	(23.486)
		Total BB Carteira Livre 1	-	7.258	-	-	6.144	(23.486)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price II		Dividendos e JSCP		4.499				
		Total BB Carteira Price II	-	4.499	-	-	-	-
Amara Brasil		Seviços Prestados		131	(429)		135	(2.920)
		Outras						65
		Total Previ / Banco do Brasil	-	131	(429)	-	135	(2.855)
Iberdrola Generation		Seviços Prestados	-	-	-	-	-	(6.531)
		Total Iberdrola Generacion	-	-	-	-	-	(6.531)
Faelba		Constituição Patronal	-	-	(722)	-	-	(665)
		Total Faelba	-	-	(722)	-	-	(665)
Celpos		Contrato de Mútuo		150.452	(11.241)		138.705	(8.423)
		Outras	-	153.758	(756)	-	155.095	(4.072)
		Total Celpos	-	304.210	(11.997)	-	293.800	(12.495)

31. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS -- Continuação

(1) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(2) Refere-se à operação de mútuo efetuada em 01 de dezembro de 2004, atualizado pelo IGP-M, ao adiantamento para futuro aumento de capital e à assunção das dívidas da Termoaçu com empresas do Grupo conforme Termo de Compromisso assinado entre os Sócios.

(3) Refere-se à administração e logística de almoxarifado prestado pela Amara às controladas do grupo Neoenergia, corrigido anualmente pela IPCA, com diversos contratos com vigência até 2011.

(4) Refere-se ao acordo de serviços de operação e manutenção – "O&M" da controlada Termopernambuco, com ajuste anual com base na variação do IGP-M.

(5) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas cm partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de março de 2011 é R$ 2.016 (R$ 5.886 em 31 de março de 2010) na controladora e no consolidado nos montante de R$ 799 (R$ 2.615 em 31 de março de 2010), o qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais:

Em 31 de março de 2011, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como mantido para negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários - são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.

- Contas a receber de clientes e outros - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

  O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e está contabilizado pelo seu valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros da operação (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva do seu swap.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

- Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP - Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

- Debêntures em moeda nacional - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial - coerente com a política financeira do Grupo Neoenergia e da Companhia, são considerados como itens objeto de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

- Instrumentos financeiros derivativos

  - Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.

  - Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Dessa forma, são considerados como instrumentos de hedge, de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando o custo da ponta passiva dos seus swaps.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	Ativos (Passivos)			
	31/03/11		31/12/10	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.554.423	3.454.103	3.391.602	3.375.756
Títulos e valores mobiliários	442.699	431.873	447.370	447.371
Contas a receber de clientes e outros	3.017.066	3.136.850	2.999.936	3.114.952
Fundos Vinculados	38.305	38.306	29.419	29.419
Passivo				
Fornecedores	(728.616)	(836.380)	(772.041)	(875.970)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(396.475)	(396.475)	(327.849)	(327.849)
Demais Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(2.824.545)	(2.824.545)	(2.895.779)	(2.895.779)
Debêntures em moeda nacional	(1.622.808)	(1.621.743)	(1.662.066)	(1.657.910)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(402.581)	(402.581)	(263.097)	(263.097)
Instrumentos financeiros derivativos	(647.247)	(647.245)	(618.365)	(618.363)

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap dólar para CDI, swap Euro para CDI e IGP-M e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

- Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da do Grupo Neoenergia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

As operações de "hedge" são contratadas para a totalidade do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Consoante facultado pela Deliberação CVM 604, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (hedge accounting). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de hedge são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os hedges da Companhia foram avaliados como efetivos.

Os derivativos (instrumentos de hedge), e as dívidas em moeda estrangeira e o empréstimo Banco do Brasil (NCC), respectivos itens objeto de hedge, foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de hedge foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:

- Riscos financeiros

- Risco de variação cambial

  Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexadas a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2010, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

  ✓Coelba

  No trimestre findo em 31 de março de 2011 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 13.787 (R$ 131 resultado positivo em 31 de março de 2010).

  ✓Celpe

  No trimestre findo em 31 de março de 2011 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 33.142 (R$ 997 resultado negativo em 31 de março de 2010).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio do US$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia (devido às variações no valor justo de ativos e passivos monetários) e no patrimônio líquido da Companhia.

		Efeitos	
	Variação na taxa do US$	No resultado	No patrimônio líquido
2011	9,90%	7	7
2010	-0,06%	-	-

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:--Continuação

► Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas pré-fixadas, contratou derivativo utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI. Ainda assim, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras constantes no lucro da Companhia.

		Efeitos	
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
1º Trimestre de 2011			
Ativos Financeiros			
CDI	(0,03)	(1.027)	(1.027)
Passivos Financeiros			
CDI	(0,03)	827	827
TJLP	-	-	-
IGPM	(5,47)	17.992	17.992
1º Trimestre de 2010			
Ativos Financeiros			
CDI	1,51	45.324	45.324
Passivos Financeiros			
CDI	1,51	(24.774)	(24.774)
TJLP	-	-	-
IGPM	3,23	(11.475)	(11.475)

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:--Continuação

As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como conseqüência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência

do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS--Continuação

Fatores de risco:--Continuação

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

► Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

A política financeira do Grupo tem como objetivo estar no primeiro quartil de empresas privadas no setor elétrico brasileiro com maior rating, através da manutenção dos seguintes indicadores:

Indicador	Definição	Limites
Dívida Líquida/ EBITDA	Reflete a capacidade de pagamento da dívida através da geração operacional de caixa da empresa medida pelo EBITDA no período de 1 ano	< 2,0 segmento de distribuição
Dívida de Curto Prazo / Dívida Total	Reflete a proporção da dívida que está concentrada no período no curto prazo (1 ano).	< 20% segmento de distribuição
EBITDA/ Despesa financeira líquida	Reflete a capacidade de pagamento do serviço da dívida da companhia.	> 3,5 segmento de distribuição

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

33- INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO													
	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2010	31/3/2011	31/3/2009
RECEITA LÍQUIDA	2.121.447	1.937.108	289.819	236.673	6.251	15.105	110.824	94.641	5.154	3.306	(351.663)	(249.973)	2.181.832	2.036.860
CUSTO DO SERVIÇO	(1.502.769)	(1.265.974)	(182.262)	(100.394)	(1.754)	(5.331)	(104.546)	(78.017)	(4.067)	(1.020)	351.663	249.973	(1.443.735)	(1.200.763)
LUCRO BRUTO	**618.678**	**671.134**	**107.557**	**136.279**	**4.497**	**9.774**	**6.278**	**16.624**	**1.087**	**2.286**	**-**	**-**	**738.097**	**836.097**
Despesas com vendas	(102.790)	(82.558)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.790)	(82.558)
Despesas gerais e administrativas	(105.234)	(83.368)	(12.921)	(12.800)	(131)	(1.407)	-	(2.963)	(4.275)	(6.077)	539	-	(122.023)	(106.615)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	177	-	-	-	(702)	854	317.089	439.948	(316.564)	(440.802)	-	0
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-		-	-
Amortização do Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.808)	(25.482)	-		(25.808)	(25.482)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS	**410.654**	**505.208**	**94.813**	**123.479**	**4.366**	**8.367**	**5.576**	**14.515**	**288.093**	**410.675**	**(316.025)**	**(440.802)**	**487.476**	**621.442**
Receita financeira	105.787	118.200	13.223	8.589	1.052	873	866	1.872	80.965	42.823	-	-	201.894	172.357
Despesa financeira	(173.585)	(134.830)	(39.562)	(32.543)	(220)	(344)	(653)	(1.690)	(8.210)	(4.890)	-	3.699	(222.230)	(170.598)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**342.856**	**488.578**	**68.475**	**99.526**	**5.198**	**8.896**	**5.789**	**14.697**	**360.848**	**448.609**	**(316.025)**	**(437.103)**	**467.139**	**623.201**
Imposto de renda e contribuição social	(49.406)	(89.569)	(10.243)	(21.310)	(608)	(950)	1.507	(4.626)	(628)	(4.815)	1	-	(59.377)	(121.270)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**293.450**	**399.009**	**58.232**	**78.216**	**4.590**	**7.946**	**7.296**	**10.071**	**360.220**	**443.794**	**(316.024)**	**(437.103)**	**407.762**	**501.931**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	(47.484)	(59.006)	(47.484)	(59.003)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**293.450**	**399.009**	**58.232**	**78.216**	**4.590**	**7.946**	**7.296**	**10.071**	**360.220**	**443.797**	**(363.508)**	**(496.109)**	**360.279**	**442.928**

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Coelba

Reajuste Tarifário 2011

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.142 de 19 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de abril de 2011, homologou o resultado do Reajuste Tarifário anual da Companhia, em 13,12%, sendo 8,47% relativo ao reajuste econômico e de 4,65% relativo aos componentes financeiros, o que corresponde a um efeito médio de 9,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As novas tarifas entrarão em vigor a partir do dia 22 de abril de 2011 com vigência até 21 de abril de 2012.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reajuste médio de 10,16%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui
os consumidores residências e baixa renda, o aumento médio foi de 9,79%.

Captação de recursos

Em 27 de abril de 2011 a Companhia concluiu a operação de captação de recursos no mercado internacional, por meio da emissão de notas no exterior (bonds em reais) no montante de R$ 400.000 mil com vencimento em 27 de abril de 2016 e juros de 11,75% a.a com pagamento semestral. Os recursos serão destinados ao refinanciamento de dívida.

Celpe

Captação de recursos

Em 27 de abril de 2011 a Companhia concluiu a operação de captação de recursos no mercado de capitais por meio da 4ª emissão de debêntures, no montante de R$ 360.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência, e juros pagos semestralmente com custo de 111,30% do CDI. Os recursos serão destinados ao ajuste do perfil da dívida da Companhia.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES--Continuação

Cosern

Reajuste Tarifário 2011

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 1.139, de 19 de abril de 2011, publicada no diário oficial da união de 20 de abril de 2011, fixou em 12,40% o índice médio de reajuste tarifário para a Companhia, sendo 7,32% relativos ao reajuste tarifário anual e 5,08% aos componentes financeiros.

O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores cativos é de 9,86% sendo 9,70 para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 10,27% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte). As tarifas homologadas pela ANEEL estarão em vigor no período de 22 de abril de 2011 a 21 de abril de 2012.

Itapebi

Em 27 de abril de 2011 a Companhia concluiu a operação de captação de recursos no mercado de capitais por meio da 3ª emissão de debêntures, no montante de R$ 200.000 mil, com prazo de 6 anos sendo 4 anos de carência, e juros pagos semestralmente com custo de 111,30% do CDI. Os recursos serão destinados ao pré-pagamento da 2ª emissão e pré-pagamento da dívida com o BNDES, com objetivo de alongamento do seu perfil da dívida.